



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE DIREITO

Priscila Lopes Rocha

**Análise das taxas de homicídios, indicadores de desenvolvimento humano e
políticas de segurança pública: o caso do Chile no contexto
latino-americano**

Brasília/DF
Julho/2015

Priscila Lopes Rocha

**Análise das taxas de homicídios, indicadores de desenvolvimento humano e
políticas de segurança pública: o caso do Chile no contexto
latino-americano**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Direito da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Cristina Zackseski

Brasília/DF

Julho/2015

Priscila Lopes Rocha

**Análise das taxas de homicídios, indicadores de desenvolvimento humano e
políticas de segurança pública: o caso do Chile no contexto
latino-americano**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito
pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pela banca examinadora composta
por:

Professora Doutora Cristina Zackseski
Professora Orientadora

Professora Doutora Beatriz Vargas Ramos
Membro da Banca Examinadora

Mestre Felipe da Silva Freitas
Membro da Banca Examinadora

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais por terem sempre priorizado a educação dos filhos e por terem nos proporcionado a melhor educação que puderam, sem eles esse trabalho não seria possível. Ao meu marido, Fernando, por toda a força incondicional e pelas boas ideias dadas ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Aos meus queridos amigos de graduação, em especial Matheus, Eliane e Vanessa, por todo apoio e por terem compartilhado todas as angústias e desesperos do final do curso. Também agradeço os meus estimados professores, que tanto me ensinaram e inspiraram ao longo desses cinco anos de graduação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma caracterização da violência homicida e apresentar recentes tendências destes indicadores na América Latina. A região é a única do mundo a apresentar aumento nas taxas de homicídios a partir dos anos 2000, sendo observada uma escala na violência armada, principalmente ligada ao contexto de desenvolvimento de organizações criminosas. Os principais vitimados são homens da faixa etária entre os 15 e 29 anos, que constituem importante faixa produtiva de um país. Apesar de representarem uma proporção menor nestes números, o número de mulheres vítimas de homicídios é também preocupante e está ligado à violência intrafamiliar. As armas majoritariamente utilizadas nessa região são as armas de fogo, envolvidas em 2/3 dos homicídios. Neste contexto, o Chile representa uma exceção, uma vez que não experimentou significativo aumento nestas taxas nos últimos anos e continua sendo o país com os números mais baixos deste tipo de crime na região. A partir deste diagnóstico inicial são propostos alguns possíveis elementos determinantes dos cenários observados, como indicadores socioeconômicos, tais quais IDH, índice de Gini, proporção de desempregados e população vivendo na linha da pobreza. As políticas públicas de prevenção são, de igual forma, fatores decisivos no comportamento das taxas de criminalidade e podem possibilitar a aplicação de um sistema penal minimamente intervencionista. Nesta conjuntura, e buscando apresentar alternativas eficazes na redução da criminalidade, surge na América Latina uma linha de segurança cidadã, que pressupõe o desenvolvimento da cidadania, aumento de confiança nas instituições públicas, aumento da percepção de segurança, além de propiciar o nascimento de uma cultura participativa e comunitária entre os cidadãos.

Palavras-chave: homicídio, América Latina, Chile, desenvolvimento humano, políticas públicas de segurança, segurança cidadã.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - Caracterização dos homicídios e Índices de Desenvolvimento Humano no Chile.....	10
1.1 Taxas de homicídio na América Latina.....	11
1.2 O Chile no Contexto Latino-americano	19
1.3 A Relação de Índices de Desenvolvimento Humano e Homicídio	24
CAPÍTULO II- Políticas de Segurança Pública Chilenas	27
2.1. Modelos de Políticas de Prevenção ao Delito	28
2.2. Mudança de abordagem da prevenção da América Latina.....	29
2.3 Conceito de segurança cidadã	31
2.4. Implementação da Segurança Cidadã no Chile.....	33
2.4.1 Programa “Cidade Segura”	35
2.4.2 Programa “Escolarização de jovens privados de liberdade”	37
2.4.3 Programa “Modelo de tratamento de drogas e álcool para adolescentes infratores”	38
2.4.4 Programa “24 horas – Vida Nova”	39
2.4.5 Programa “Mediação na Vizinhança”	41
2.4.6 Programa de Apoio às Vítimas de Crime.....	42
2.4.7 Políticas de Prevenção à Violência de Gênero	43
2.4.8 Programa “Plano Quadrante”	45
2.4.9 Políticas de prevenção à utilização de arma de fogo	45
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxas de homicídio por região no ano 2012	12
Figura 2 – Porcentagem dos homicídios relacionados ao crime organizado	13
Figura 3 – Meios utilizados para prática de homicídio por região.....	17
Figura 4 – Porcentagem de posse arma de fogo por agressões com arma de fogo.....	18
Figura 5 – Taxas de Homicídio em alguns países das Américas Central e do Sul	19
Figura 6 – Taxas de homicídio em países das Américas, entre 1955 e 2012.....	20
Figura 7 – Homicídios no Chile, segundo a idade da vítima no ano de 2011.....	21
Figura 8 – Homicídios no Chile segundo arma utilizada, ao de 2011.....	23
Figura 9 – Correlação das taxas de homicídio com os índices de desenvolvimento.....	25

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a fazer uma caracterização da violência homicida na América Latina e apresentar tendências atuais destes indicadores, com especial enfoque no Chile, para, a partir deste diagnóstico inicial, possibilitar a identificação de possíveis fatores que influenciam os cenários observados. Adicionalmente, a discussão abordará uma análise mais detida de algumas das políticas públicas de prevenção implementadas no país.

As taxas de homicídios são utilizadas por muitos organismos internacionais, como a UNODC¹ e o BID² como ferramentas fidedignas que nos permitem acessar os padrões de criminalidade expressos em um dado território. O homicídio toma graves proporções em qualquer sociedade, devido à própria natureza trágica do crime, que além de impactar severamente todos aqueles envolvidos no círculo de relações da vítima, afeta o sentimento de segurança apresentado pelos cidadãos, requerendo desta forma que sejam submetidos a detalhadas investigações acompanhadas de um registro mais aprofundado. Em geral, os órgãos policiais, institutos de medicina legal ou até mesmo o sistema judicial mantêm bancos de dados com características bastante específicas quanto às vítimas, aos ofensores, às armas utilizadas e aos locais de prática do crime, possibilitando maior grau de comparabilidade internacionalmente. O mesmo não acontece com outros delitos, que não possuem registro tão extenso e muitas vezes nem chegam ao conhecimento das autoridades policiais, além de apresentarem grande variação quanto à delimitação do tipo penal entre os países.

O trabalho consiste em um levantamento bibliográfico e os dados utilizados são provenientes de instituições internacionais, que realizam periodicamente levantamentos mundiais das taxas indicativas de delitos, principalmente das taxas de homicídio que, em razão das características já discutidas, possuem maior poder comparativo entre as diversas nações. A UNODC utiliza em cada país dados oficiais fornecidos pelos governos centrais e, em geral, os dados utilizados têm proveniência dos órgãos policiais. Existem, no entanto, alguns obstáculos às análises globais dos homicídios, pois nem todos os países disponibilizam dados provenientes de instituições equivalentes e

¹ Escritório das Nações Unidas para o Crime e Drogas.

² Banco Internacional de Desenvolvimento.

coletados com metodologias similares, o que representa importante limitação quanto à comparabilidade dos dados.

Os países da América Latina têm passado por importantes discussões acerca da efetividade dos modelos interventivos por eles adotados, uma vez a região se depara com uma escalada da violência com duras repercussões econômicas e sociais, além do aumento da população carcerária, sem reflexo positivo nas taxas de criminalidade. Neste cenário, há algumas décadas, estão sendo debatidos modelos alternativos de segurança pública.

O diagnóstico do cenário e das pessoas que envolvem a prática de um homicídio permite traçar linhas gerais de prioridade para intervenção estatal. Alguns países possuem uma abordagem mais punitivista, repressor e de maior controle sobre os cidadãos, países nos quais a persecução penal é maximizada, assim como as penas cominadas para os mais variados crimes, com intuito de desestimular a prática de delitos. Já outras nações, adicionalmente ao sistema penal, adotam uma linha de políticas e intervenções preventivas, que procuram atuar nas causas determinantes destes crimes, sejam elas causas ambientais ou sociais, sob enfoque da intervenção penal mínima.

Desta forma, no primeiro capítulo será discutido o contexto que envolve a prática de homicídios, principalmente na América Latina, e como alguns dos indicadores socioeconômicos e outras condições particulares destes países podem ter associação com os padrões observados, a análise terá enfoque no Chile e suas divergências com o padrão regional.

O Chile representa uma exceção na América Latina e é apontado por muitos organismos internacionais, como o BID³, como um dos países mais seguros da região. O que faz dele um país muito interessante para investigações que procuram levantar as causas da delinquência na América Latina, seus fatores determinantes e modelos de intervenção estatal alternativos à justiça penal.

O segundo capítulo trará uma conceituação dos modelos preventivos utilizados para se pensar a segurança pública e, principalmente, de algumas das políticas públicas de prevenção desenvolvidas no Chile e suas peculiaridades, com finalidade de apresentar linhas alternativas de ação estatal e comunitária,

³BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

Ao buscar inspirações de modelos de políticas públicas, é costumeiro que os países latino-americanos se espelhem em países com os quais apresentam pouca similaridade histórica, cultural ou econômica, como os Estados Unidos ou países europeus. Desta forma, é fundamental que voltemos nossas atenções também para os países da região, para suas experiências, estudos e modelos de prevenção que já foram desenvolvidos com sucesso. As políticas de prevenção podem influenciar fortemente os indicadores de segurança, desta forma, é importante analisar as experiências de países que, como o Chile, há vários anos discutem e promovem a implementação de políticas de segurança pública participativas.

CAPÍTULO I - Caracterização dos homicídios e Índices de Desenvolvimento Humano no Chile

Nesse primeiro capítulo, será apresentada uma análise acerca da distribuição dos homicídios na América Latina e dos grupos mais severamente vitimados, que variam de nação para nação. A violência homicida se trata de um fenômeno complexo e com múltiplas causas, sendo necessária uma caracterização mais aprofundada acerca dos fatores e situações que permeiam a prática destes crimes, até mesmo para que as políticas públicas possam dirigir suas estratégias aos elementos determinantes deste tipo de violência, que devem variar de acordo com a realidade de cada país.

1.1 Taxas de homicídio na América Latina

Na última década, a América Latina presenciou grande expansão econômica, que favoreceu também importantes melhorias sociais, tendo a maioria dos países apresentado crescimentos significativos em índices como o PIB e IDH. No entanto, o crescimento econômico não veio acompanhado de maior distribuição de renda na maioria dos países e a região continua a ser a mais desigual e insegura do mundo⁴.

As taxas de homicídios⁵ têm exibido uma tendência de significativas e contínuas reduções ao redor do mundo, no entanto, a América Latina é a única região que apresentou um aumento na violência letal entre os anos de 2000 e 2010.⁶ Tal realidade não é recente, as Américas apresentam números de homicídio de cinco a oito vezes maiores do que aqueles encontrados na Europa desde os anos 1950.⁷ Contudo, nas últimas décadas a situação tem se agravado.

Segundo números do Instituto Igarapé⁸ aproximadamente 33% do número total de homicídios ocorridos em 2012 em escala global foram cometidos nas regiões da América Latina e Caribe, número impressionante se considerarmos que essas áreas compreendem apenas 8% da população mundial. Se analisada a média de homicídios, é

⁴PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Seguridad Ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. (2013)

⁵ Corresponde a morte provocada, de forma ilícita e voluntária.

A taxa de homicídio corresponde ao número de homicídios para 100.000 habitantes.

⁶UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

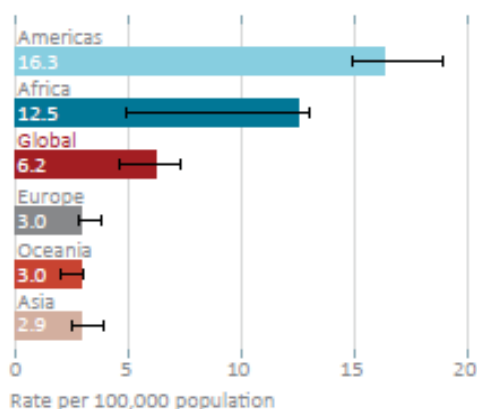
⁷Idem.

⁸ Instituto Igarapé. Homicide Monitor (2015). Disponível em: <http://homicide.igarape.org.br/> Acesso em: Mai, 2015.

também notável a discrepância com outras regiões (Figura 1), a taxa da região é mais do que cinco vezes a média da Europa, por exemplo. Ademais, dentre as 20 nações com maiores probabilidades de ocorrência de homicídios - catorze estão localizadas na América Latina e Caribe.

A tendência das taxas de homicídios, se consideradas nacionalmente, apresenta significantes variações em relação à média regional. Alguns países, como a Colômbia, mostraram importante diminuição nos números de mortes intencionais, enquanto a maioria, como o Brasil, mantiveram as taxas relativamente estáveis, embora sejam ainda números considerados endêmicos pela OMS⁹. Os países da região que possuem as menores taxas são o Chile, o Uruguai e a Argentina, que apresentam um perfil diferenciado quanto ao tipo de crime analisado.¹⁰

Figura 1 – Taxas de homicídio (número por 100.000 habitantes) por região no ano 2012



Fonte: UNODC, 2013

Contrariamente, em regiões em que há algumas décadas observam-se as menores taxas de homicídios no mundo – como, por exemplo, Europa e Ásia Ocidental – os números de homicídios têm tendência à estabilidade, mas continuam apresentando leve queda ano a ano.

A UNODC, para melhor analisar os fatores que afetam mais decisivamente a variação nas taxas que registram os homicídios, os divide em três tipos - aqueles ligados ao cometimento de outros crimes, os decorrentes de relações interpessoais e os praticados por razões sócio-políticas.

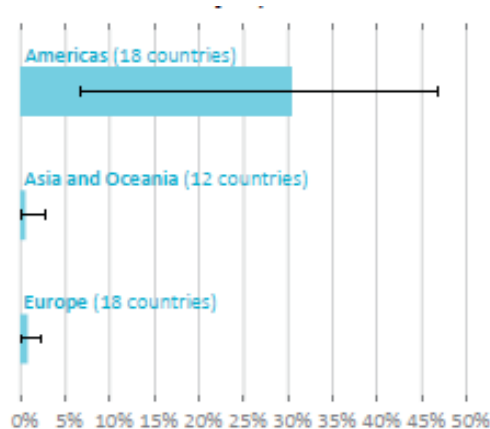
⁹ Taxas acima de 10 homicídios por 100.000 habitantes.

¹⁰ UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2011 (2011).

Os homicídios relacionados a outros crimes podem ainda ser divididos em dois grupos: os que possuem conexão com as atividades desenvolvidas por organizações criminosas e os cometidos como resultado de outra conduta criminosa, como o roubo seguido de morte. As taxas de mortes intencionais destes grupos registram marcada variação entre as regiões, números muito altos são encontrados nas Américas Central e do Sul - taxas que possivelmente estejam diretamente relacionadas à forte presença na região de grupos ligados ao crime organizado¹¹.

Em média, os homicídios diretamente ligados à violência desenvolvida no contexto do crime organizado compreendem 30% dos homicídios nas Américas, proporção absurda se comparada àquela encontrada na Ásia, Europa e Oceania – de aproximadamente 1%¹² (Figura 2). Este tipo de crime também está mais suscetível a variações bruscas ano a ano, possivelmente em decorrência de disputas territoriais, por competições entre grupos criminosos em busca de expansão de suas atividades ou até mesmo investidas do governo para combate ao narcotráfico.

Figura 2 – Porcentagem dos homicídios relacionados ao crime organizado



Fonte: UNODC, 2013.

Os crimes letais relacionados ao uso e tráfico de drogas mostraram importante aumento no período de 2003-2012, em contraste à tendência de queda de crimes contra propriedade e demais crimes violentos.¹³ Este possivelmente seja o principal fator explicativo da escalada de violência na região. Crimes desta natureza afetam, além das pessoas diretamente envolvidas nessas atividades, principalmente a população que vive

¹¹UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC).Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

¹²Idem.

¹³UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC).World Drug Report 2014 (2014).

nas áreas de maior vulnerabilidade social e de incidência de disputas, onde as organizações criminosas têm maior possibilidade de expansão e domínio.

Interessante notar a forte conexão dos homicídios relacionados a atividades de organizações criminosas com o gênero da vítima. As vítimas do sexo masculino compõem 96% das vítimas deste tipo de homicídios nas Américas, o que sugere, além da maior facilidade de aliciamento dos homens, que as mulheres ainda são pouco frequentes na estrutura do crime organizado.

Por outro lado, os homicídios do segundo grupo – cometidos como resultado da prática de outros delitos - apresentam pouca variação ao redor do mundo. Os homicídios ligados a roubos, por exemplo, respondem por uma média de 5% do total nas Américas, Europa e Oceania.¹⁴ Desta forma, pode-se inferir que flutuações bruscas nas taxas de homicídios com conexão a outros crimes, observadas na América Latina, provavelmente sejam resultado de disputas no contexto do crime organizado.

Os homicídios ligados a relações interpessoais são menos comuns, mas também constituem parte importante do total – cerca de 14% da média mundial¹⁵ - e são praticados em um contexto bastante diverso, pois geralmente são usados como uma forma de resolução de conflitos ou punição da vítima por desentendimentos pessoais e têm como autores mais frequentes pessoas conhecidas ou até mesmo familiares.

Este tipo de crime é comum em todas as regiões do mundo e mostra certa constância ao longo do tempo, entretanto é responsável por uma porcentagem mais expressiva em continentes como a Ásia, Europa e Oceania, devido ao baixo número total de homicídios ocorridos nestas regiões. As taxas observadas nas Américas, embora sejam numericamente maiores do que nas demais áreas, constituem uma proporção menor do total.¹⁶

Entre os homicídios interpessoais, fator preocupante é a proporção de vítimas do gênero feminino, neste contexto, elas são consideradas grupo de risco e representam dois terços das vítimas desse tipo de crime¹⁷. Além disso, quase metade (47%) das

¹⁴UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC).Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

¹⁵Idem.

¹⁶UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC).Global Study on Homicide 2011 (2011).

¹⁷UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC).Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

mulheres que se tornam vítimas de homicídio são mortas por seus próprios parceiros ou membros da família, enquanto entre os homens esses números não chegam aos 6%. A conjuntura que envolve prática dos crimes de feminicídio torna difícil a implementação de políticas de prevenção, uma vez que os principais ameaças à sobrevivência das mulheres são as pessoas mais íntimas e com as quais elas têm um convívio diário.

Já os homicídios relacionados ao contexto sócio-político são cometidos no intuito de exercer influência e poder para defender interesses de determinados grupos e abrangem as mortes intencionais resultantes de disputas políticas, assim como aquelas decorrentes de atos de terrorismo e crimes de ódio.¹⁸ Crimes desta natureza são de difícil identificação e quantificação e podem ser subavaliados, o que prejudica em grande medida a sua comparabilidade entre países.

Outra realidade identificada em países de todo o mundo, é a grande associação dos altos números de violência letal às grandes zonas urbanas. Segundo relatório do BID, tal padrão se dá em virtude do acúmulo de fatores que têm influência direta no aumento de violência, além, claro, da alta densidade populacional: o desemprego, a pobreza, a desigualdade social, a grande presença de grupos criminosos organizados, o narcotráfico, entre outros fatores.¹⁹

As taxas de homicídios mostram forte correlação também com o gênero. A predominante maioria do número de vítimas de homicídios em todo o mundo, no ano de 2011, era do gênero masculino (79%), além disso, 95% dos acusados de homicídio foram também homens. Na América Latina essa discrepância é ainda maior – 88% das vítimas e 96% dos acusados eram homens, no mesmo período.²⁰ Em todas as regiões do mundo é possível verificar o predomínio de vítimas masculinas, apesar desta disparidade entre os gêneros diminuir levemente em países da Europa.

Quando consideradas as faixas etárias de risco de se tornarem vítimas de homicídio, não há grandes diferenças entre homens e mulheres. Em ambos os gêneros os jovens são os mais afetados, sendo a faixa de idade mais vitimada aquela que

¹⁸ Idem

¹⁹ BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

²⁰ UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

compreende dos 15 aos 29 anos (com 43%), quando incluídos os menores de 15 anos, chegamos à metade do número total de vítimas em todo o mundo.²¹

Se a proporção mundial de homicídios entre jovens já é alarmante, nas Américas Central e do Sul, toma dimensões ainda maiores. Os jovens com idade entre 15 e 29 anos apresentam uma taxa por 100.000 habitantes quatro vezes maior do que a taxa mundial média para o grupo.²² Tal padrão é preocupante e apresenta forte impacto no desenvolvimento econômico desses países, uma vez que os jovens compõem uma importante faixa produtiva e são membros provedores de muitas famílias.

A caracterização das armas utilizadas na prática de homicídios é igualmente importante para o desenvolvimento de estratégias e políticas de segurança pública. As armas de fogo são as mais utilizadas mundialmente para a prática deste tipo de crimes, seja por sua letalidade ou associação com a prática de outras condutas criminosas, são empregadas em 4 de cada 10 homicídios. O segundo grupo mais comum é o das denominadas armas brancas, que perfazem um total de 25% dos meios usados na prática de homicídio. O relatório da UNODC²³ descreve ainda um terceiro grupo denominado “outras armas”, que engloba tanto o emprego de força bruta quanto meios diversos, como o envenenamento.

Diferindo da média mundial, na Oceania, Europa e África as armas mais envolvidas em homicídios são as armas brancas, enquanto as armas de fogo não são tão comumente utilizadas (Figura 3). Já o grupo correspondente às “outras armas” representa percentual marcante em continentes como o africano e o asiático.²⁴

Nas Américas, o uso de armas de fogo é largamente predominante. No ano de 2012, dois terços dos homicídios foram cometidos utilizando tais meios. Pelo padrão mundial apresentado, percebe-se que as Américas constituem uma exceção no que diz respeito à utilização de armas, indicando que as armas de fogo não são tão acessíveis fora do continente americano ou ao menos não tão freqüentemente utilizadas. De acordo com o BID²⁵, nesta região o uso de armas de fogo se relaciona com as dinâmicas do

²¹UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

²² Idem.

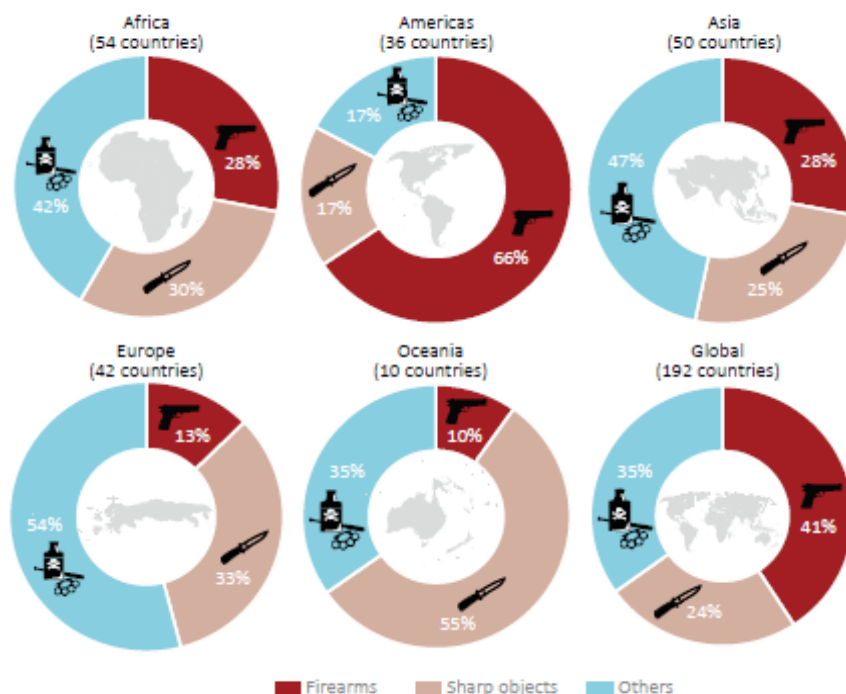
²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵BANCO INTERNACIONAL DE DESARROLLO (BID). Analisis de los homicídios en seis países de America Latina (2013).

crime organizado e narcotráfico, além do fato de muitos países da América do Sul serem produtores de armas, o que as torna mais acessíveis para a população.

Figura 3 – Meios utilizados para prática de homicídio por região.



Fonte: UNODC, 2014.

Adicionalmente, evidências mostram a relação positiva dos índices de posse de armas de fogo com o nível de violência por elas causadas²⁶ (Figura 4), sugerindo que a disponibilidade desses meios tão letais resulta mais comumente na perpetuação violência, ao invés de possibilitar proteção. O fácil acesso a armas tão letais pode incrementar a potencialidade violenta, fazendo muitas vezes com que um desentendimento banal tenha um desfecho trágico.

Os efeitos desta violência armada vivenciada por muitos países na América Latina os têm levado a discutir soluções e implementar políticas restritivas de controle ao acesso a armas de fogo, objetivando diminuir a circulação e aumentando as exigências para o porte de armas, além do combate à comercialização de armas ilegais.²⁷

Figura 4 – Porcentagem de posse arma de fogo por agressões com arma de fogo.

²⁶UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

²⁷BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

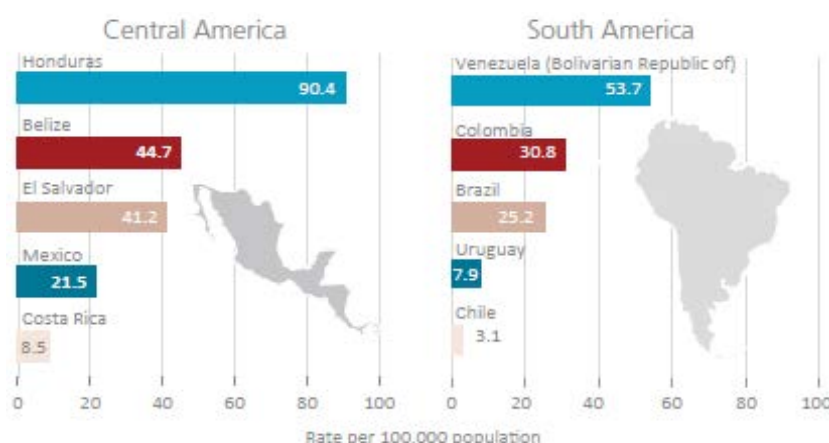
para a fragmentação das organizações criminosas, aumentando a competição entre grupos criminais e resultando em maior emprego de violência. As políticas de linha dura, historicamente praticadas na região, resultam em prisões em massa – que além de prejudicar a eficiência dos sistemas judiciais, transformam as prisões em centros ainda mais superpopulosos e perigosos – e não se traduzem em maior segurança pública, muito pelo contrário, as taxas de homicídio, extorsão e seqüestro continuam elevadas.³¹

1.2 O Chile no Contexto Latino-americano

As análises regionais, entretanto, podem esconder disparidades ao nível nacional. Na América do Sul, por exemplo, alguns países representam um desvio nas médias indicadoras de violência latino-americanas, como o Chile e o Uruguai (Figura 5), que possuem taxas de homicídios muito mais aproximadas àquelas encontradas em países europeus.

Estes países, que possuem taxas de mortes provocadas e intencionais consideradas baixas nas Américas, exibem ainda outro ponto de convergência com padrões de países europeus – uma maior estabilidade e a baixa variação temporal nos números indicadores de violência letal.

Figura 5 – Taxas de Homicídio em alguns países das Américas Central e do Sul



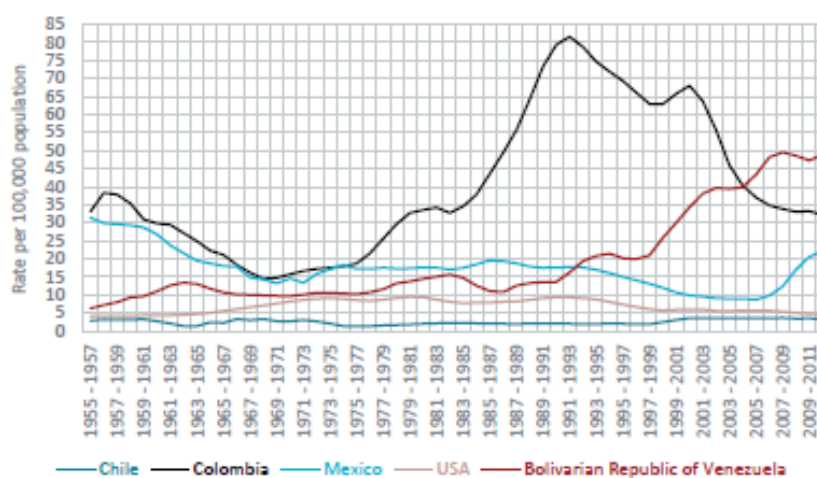
Fonte: UNODC, 2013

³¹ Idem.

Estudando mais detidamente o padrão exibido pelo Chile, não são observadas grandes flutuações entre os anos de 2008-2012, o país apresentou taxas que variaram entre o mínimo de 2,96 no ano de 2010 – conforme números do relatório do BID³²- e o máximo de 3,53 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2009.

Até mesmo quando analisada a variação dessas taxas em um intervalo temporal de décadas, as taxas médias de homicídios no Chile chamam atenção quando comparadas as apresentadas por outros países da América. Entre 1955 e 2011, o país apresentou e manteve baixos níveis de violência letal, até mesmo mais baixos do que países com alto desenvolvimento econômico, como os Estados Unidos.³³ Além disso, estes números não exibem grandes variações, pelo contrário, mantiveram uma tendência de estabilidade nas últimas seis décadas (Figura 6)

Figura 6 – Taxas de homicídio em países selecionados das Américas, entre 1955 e 2012.



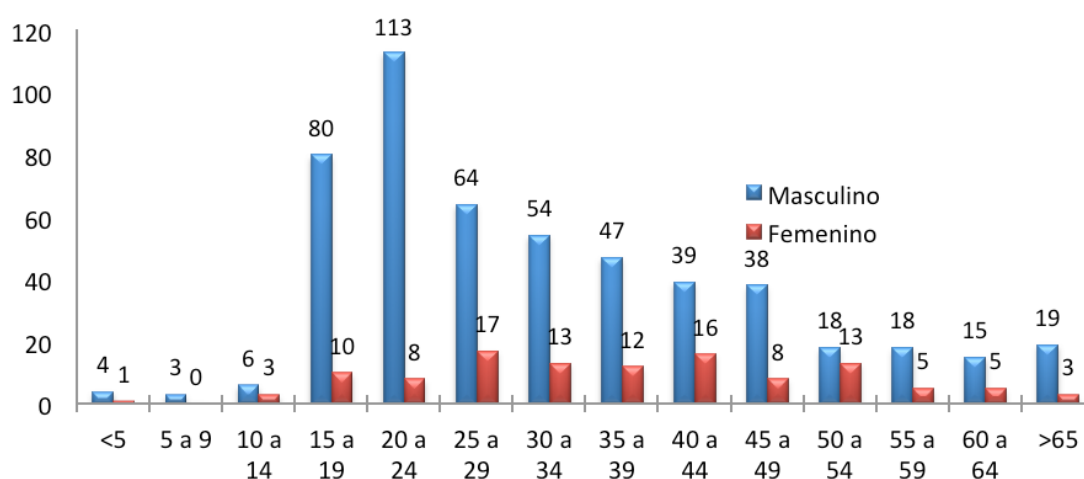
³²BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

³³UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC).Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data (2013).

Fonte: UNODC, 2013.

Quando analisadas as vítimas, o Chile exhibe o mesmo padrão geral observado na América Latina. A porção majoritária delas pertence ao gênero masculino e à faixa etária compreendida entre os 15 e 29 anos, correspondente à população adolescente e jovem. No ano de 2009, a taxa de violência letal na faixa de idade entre os 15 e 24 anos foi de 7,9³⁴, significativamente superior à média do país. Já a figura 7 mostra a distribuição do número total de homicídios por faixa etária, nela fica claro o padrão de vitimização da população jovem. Esses dados são importantes para desenhar estratégias de políticas de segurança pública, que devem enfocar determinados grupos com maior propensão ao envolvimento com o crime.

Figura 7 – Homicídios no Chile, segundo a idade da vítima no ano de 2011



Fonte: BID, 2013.

No ano de 2009, o Chile exibiu uma taxa de homicídios entre mulheres de 1,0 por 100.000 habitantes, que está entre as menores encontradas em países latinos para o grupo.³⁵ Todavia, entre os anos 2008-2011, é importante ressaltar o aumento nos números totais de vítimas do gênero feminino no país, principalmente na faixa entre os 20 e 24 anos, mas também observado entre as mulheres maiores de 40 anos.³⁶ Essa realidade é diretamente ligada à violência interpessoal e familiar, como anteriormente discutido, e segue a tendência de outros países americanos.

³⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Report on Citizen Security in the Americas (2012).

³⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Report on Citizen Security in the Americas (2012).

³⁶ BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

De acordo com o estudo de Paula Nazarit e Lorena Pérez³⁷, 45% das mulheres que fizeram denúncias de violência doméstica nos anos de 2011 e 2012 se tornaram posteriormente vítimas de homicídio, realidade que indica que o estado chileno está falhando em oferecer alternativas de intervenção a essas mulheres que recorreram a instituições públicas para buscar socorro. Além disso, de acordo com o mesmo estudo, cerca de 16% das que cometeram suicídio eram também vítimas deste tipo de violência, portanto as políticas de prevenção poderiam evitar ou reduzir tais mortes.

Analizando o Chile, observamos divergência ao padrão exibido regionalmente, já que a arma tradicionalmente mais usada no país é a arma branca, de fácil acesso e silenciosa (Figura 8). Enquanto o padrão nas Américas é o predomínio do uso de armas de fogo na violência letal – alcançando o percentual de 66% -, no país o predomínio, no período de 2008-2011, é o uso de armas brancas³⁸. No ano de 2011, por exemplo, a proporção do uso de armas brancas foi de 35%, a segunda classe de armas mais observada foi a de “outras armas” - com 32%, que engloba tipos de armas não perfurocortantes, além de meios diversos, como o envenenamento e os não especificados -, já as armas de fogo foram o terceiro grupo mais comum com 30%.

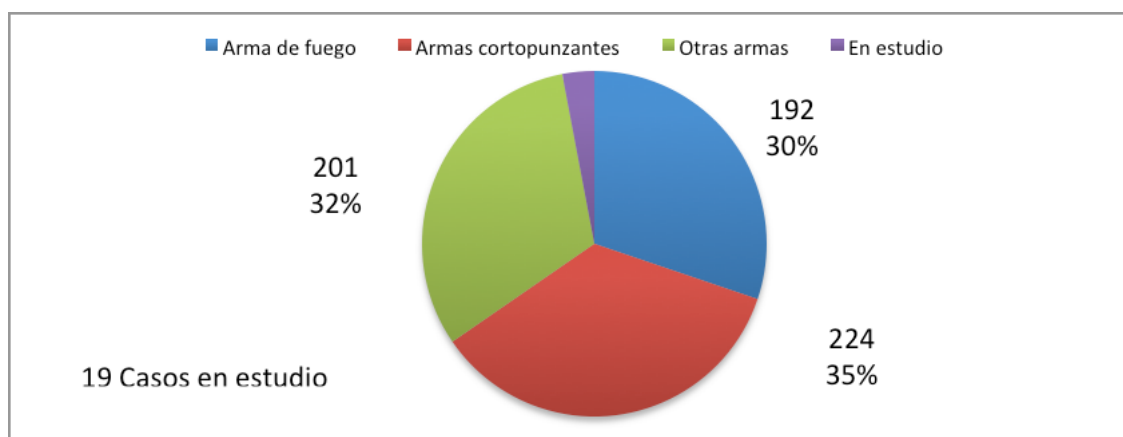
Conforme análise do BID³⁹, as agressões com armas de fogo, apesar de não serem predominantes no cenário geral no país tem grande incidência na população menor de 24 anos - enquanto entre os maiores de 24 anos, o método mais comum é o uso de armas brancas - o que mostra que a violência associada ao uso de armas de fogo afeta mais gravemente a população jovem. A predominância de vítimas letalmente feridas por arma de fogo entre os jovens deve ser monitorada, uma vez que pode representar uma tendência de mudança nos métodos utilizados para a prática de homicídios naquele país e pode indicar a urgência de implementação de políticas voltadas a diminuição do acesso a estas armas. Além de, possivelmente, evidenciar maior suscetibilidade dos jovens ao envolvimento com organizações criminosas, fortemente armadas, como é a realidade de muitos países na América Latina.

Figura 8 – Homicídios no Chile segundo arma utilizada, ao de 2011

³⁷ NAZARIT, Paula Santana, PÉREZ, Lorena Astudillo. Violencia extrema hacia las mujeres en Chile 2011-2012. Red Chilena contra la violencia hacia las mujeres. (2014).

³⁸ BANCO INTERNACIONAL DE DESARROLLO (BID). Analisis de los homicídios en seis países de America Latina (2013).

³⁹ Idem.



Fonte: BID, 2013.

Em Santiago, maior cidade chilena, o padrão de utilização de armas é um pouco distinto, sendo mais frequente o uso da arma de fogo do que as taxas nacionais. No ano de 2008, por exemplo, observa-se significativamente maior uso de armas de fogo – 47% dos homicídios - do que os valores encontrados a nível nacional - 28% no mesmo ano. Essa realidade vivenciada pelo maior metrópole chilena pode estar relacionada a maior incidência de disputas entre organizações criminosas e comércio de narcóticos.

É clara, principalmente em países da América Central e Colômbia, a forte associação entre homicídios e narcotráfico. Entretanto, o Chile, apesar de constituir um significativo mercado consumidor de drogas ilícitas, não figura entre os principais países produtores de narcóticos e tampouco está localizado nas principais rotas de narcotráfico nas Américas.⁴⁰ Desta forma, o país não é atingido por esse tipo de violência tão severamente como outros das Américas, fator que em certa medida pode explicar a realidade das taxas de homicídio na região.

Não obstante, o estudo do BID⁴¹ adverte quanto ao aumento de frequência da violência organizada ou associada ao narcotráfico no Chile nos últimos anos, o que está provocando uma modificação no padrão de homicídios, que anteriormente estavam majoritariamente associados a relações interpessoais. Portanto, é necessária uma maior atenção estatal para o tema, principalmente sob o enfoque preventivo.

Além da violência diretamente relacionada ao comércio de narcóticos, existe também uma importante conexão, especialmente no Chile, da prática de crimes ao

⁴⁰ UNODC. World Drug Report 2014 (2014).

⁴¹ BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

consumo anterior de drogas ou álcool, conforme relatório de desenvolvimento humano do PNUD⁴², 48,8% dos internos chilenos afirmaram ter consumido álcool ou drogas ilícitas antes de cometerem delito.

1.3 A Relação de Índices de Desenvolvimento Humano e Homicídio

O estudo realizado pela UNODC⁴³ associa a baixa incidência de homicídios a uma sociedade pouco desigual, estável, próspera e com altos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Assim como as mais altas taxas de violência letal têm, em geral, conexão direta com contextos de pobreza, desigualdade, marginalização social, baixo acesso ao sistema educacional e a presença de um estado de direito frágil.⁴⁴

A investigação criminológica também tem associado níveis de violência com padrões de desenvolvimento exibidos em determinada região. De acordo com Tcherni⁴⁵, existe um consenso geral entre especialistas de que os indicadores socioeconômicos podem prever as taxas de crimes violentos e homicídios. Uma pesquisa desenvolvida pela autora chegou à conclusão de que o aumento no percentual de famílias que vivem na pobreza e que possuem baixa escolaridade mostra forte correlação com o aumento também nas taxas de homicídio.

Segundo pesquisa divulgada pelo BID⁴⁶, o IDH⁴⁷ de um país apresenta significativa conexão com as taxa de homicídios por ele apresentadas, estando o aumento do IDH geralmente relacionado à diminuição no número de mortes intencionais. Desta forma, a taxa média deste tipo de crime exibiu diminuição em alguns dos países da região e do mundo nos últimos 15 anos, período em que apresentaram expressivo crescimento econômico.

⁴² PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso num Mundo Diversificado.(2013)

⁴³ UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2011 (2011).

⁴⁴ Idem.

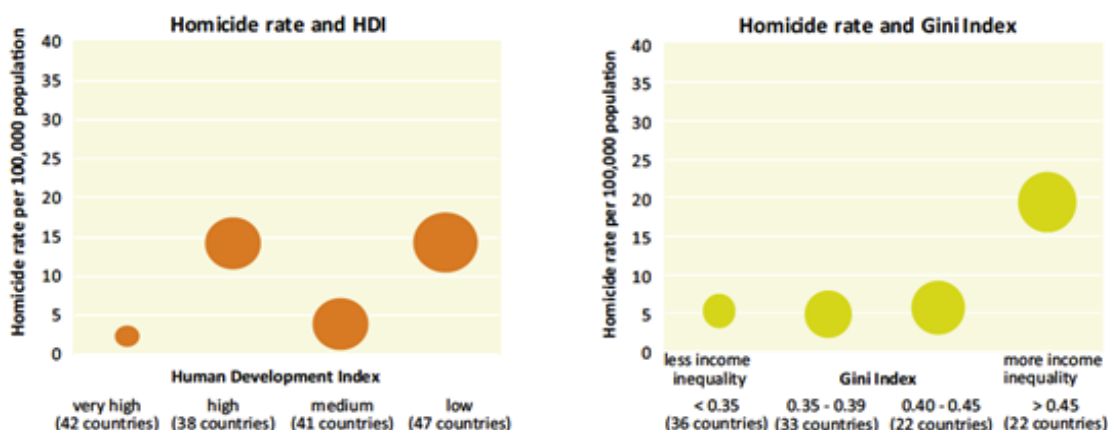
⁴⁵ TCHERNI, Maria. Structural Determinants of Homicide: The Big Three. *Journal of Quantitative Criminology*, 27(4), 475-496 (2011).

⁴⁶ BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). Analisis de los homicídios em seis países de America Latina (2013).

⁴⁷ IDH utiliza como base o PIB per capita (corrigido pela paridade de poder de compra), esperança de vida ao nascer e taxa de matrícula e alfabetização

Percebe-se, todavia, um desvio nesta correlação quando considerados os países pertencentes ao grupo de IDH alto, que exibem ainda altas taxas de homicídio (Figura 9). Muitos destes países pertencem à América Latina, onde outros fatores determinantes de violência letal, como a forte presença de organizações criminosas, possivelmente explique a ausência de redução nas taxas de homicídios acompanhando o aumento de IDH.⁴⁸

Figura 9 – Correlação das taxas de homicídio com os indicadores de desenvolvimento.



Fonte: UNODC, 2011

Outro fator de correlação analisado pelo relatório do BID e que mostra força ainda maior na determinação da violência letal, é o índice de Gini⁴⁹, que mede o nível desigualdade encontrado em cada país. Foram identificadas taxas de homicídios baixas em países com baixo índice de Gini, número que aumenta conforme aumenta a desigualdade na distribuição das riquezas produzidas no país.

Nos países com índice Gini superior a 0,45, que exibem grandes disparidades de renda, são observadas taxas de homicídios quase quatro vezes mais altas do que as de sociedades mais equitativas. Esse grupo de países é composto principalmente por africanos e americanos e respondem por 36% dos homicídios cometidos em todo o mundo, enquanto abrigam apenas 19% da população mundial.⁵⁰

Esse cenário indica que mais marcadamente do que índices de desenvolvimento – cujo aumento muitas vezes não é acompanhado por repartição de riquezas e

⁴⁸ UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2011 (2011).

⁴⁹ Índice de Gini: os números mais baixos correspondem a uma distribuição mais equitativa de riquezas enquanto números próximos ao 1 representam desigualdade máxima.

⁵⁰ UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). Global Study on Homicide 2011 (2011).

oportunidades - o que determina em larga escala a taxa de homicídios é o nível de desigualdade encontrado em um país:

Com isso podemos concluir que, mais do que a pobreza absoluta ou generalizada é a pobreza dentro da riqueza, são os contrastes entre ambas, com sua sequela de maximização e visibilidade das diferenças, a que teria maior poder de determinação dos níveis de homicídio de um país (Waiselfisz, 2008)⁵¹

Ainda de acordo com Julio Waiselfisz, os indicadores de concentração de renda mostram maior relação com as taxas de homicídio de jovens do que de vítimas não-jovens, ou seja, os jovens seriam mais fortemente afetados pelos duros efeitos da desigualdade na distribuição de renda.⁵²

Waiselfisz aponta, ainda, três níveis de elementos determinantes das taxas de delinquência de um dado território:

Em primeiro lugar, os de nível estrutural que, desde uma perspectiva macro, estariam determinando o comportamento dos restantes fatores. Nessa entrada, os mais freqüentemente indicados foram os relacionados com a pobreza, em que fome, miséria e exclusão seriam os motores impulsores da violência. Também nessa entrada, processos acelerados de urbanização, com sua desestruturação normativa, estruturas políticas geradoras de cultura cívica autoritária, opressiva e violenta, têm sido arrolados, principalmente na América Latina, para explicar as diversas formas de eclosão da violência homicida. Em segundo lugar, os de nível institucional. Diversos tipos e mecanismos de crises nas instituições básicas de nossa sociedade têm sido apontados como indutores da moderna violência: desestruturação familiar, insuficiência educacional, crises das instituições políticas, erosão dos estatutos morais etc. Por ultimo, também determinantes de nível individual, fundamentalmente os psicológicos que, em determinadas situações, podem gerar condições de resiliência às reações potencialmente violentas.⁵³

Segundo relatório de desenvolvimento humano do PNUD, na América Latina “as altas expectativas de consumo aliadas à relativa falta de mobilidade social também estimularam o chamado crime aspiracional”⁵⁴, em grande medida associado às organizações criminosas. Ademais, outros fatores presentes na América Latina representam facilitadores da violência, como crescimento urbano desordenado, carências no sistema de ensino e dificuldades no acesso a ele.

⁵¹ WALSELFSZ, Julio .J. Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina. (2008).

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Seguridad Ciudadana com rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. (2013).

Considerando os índices de desenvolvimento humano, o Chile aparece há alguns anos como o país latino-americano com melhores resultados. Em 2014, o país despontou na 41ª colocação quanto ao IDH, sendo classificado como um país com nível de desenvolvimento humano muito elevado.⁵⁵ Em termos de desigualdade, por outro lado, o Chile – com índice de Gini de 0,50 (que representa importante desigualdade) – não apresenta resultados tão marcantes no contexto latino-americano, sendo superado por países como Argentina (0,46), Uruguai (0,38) e Peru (0,44). O aparente paradoxo nestes números pode ser explicado por outros fatores que, do mesmo modo, podem influenciar as taxas de homicídio.

Hanns Mella, Claudia Navarro e Pía O’Kuinghttons publicaram estudo analisando as principais variáveis que influenciam a delinquência no Chile, entre elas foram apontados: “desempleo, hombres jóvenes urbanos, personas bajo la línea de pobreza, aprehendidas por robo con fuerza, consumo de drogas (marihuana), edad promedio de La población y escolaridad promedio de La población.”⁵⁶

No próximo capítulo, será analisado um dos fatores que apresentam influência nas taxas de violência apresentadas por um país – as políticas públicas de prevenção. Serão apresentados os modelos preventivos e as características principais de algumas das políticas de segurança desenvolvidas no Chile.

CAPÍTULO II- Políticas de Segurança Pública Chilenas

Além de todos os fatores determinantes dos padrões delitivos – ou mais especificamente das taxas de homicídio – já discutidos no capítulo anterior, as políticas de segurança pública implementadas por um país podem determinar uma grande

⁵⁵PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso num Mundo Diversificado. (2013)

⁵⁶MELLA, Hanns de la Fuente; NAVARRO, Claudia Mejías, O’Kuinghttons, Pía Castro. Análisis econométrico de los determinantes de La criminalidad en Chile. Polít. crim. Vol. 6, Nº 11 (2011).

mudança dos padrões criminais, neste sentido, serão abordados modelos de políticas de prevenção mais comuns e discutidos alguns dos projetos em andamento no Chile.

2.1. Modelos de Políticas de Prevenção ao Delito

Para Cristina Zackseski⁵⁷, as políticas preventivas de segurança pública podem ser divididas em dois modelos: um modelo que envolve a prevenção das circunstâncias e situações de risco que de alguma forma promovem ou facilitam o cometimento de um crime - chamado de prevenção situacional - e outro que busca atacar as raízes da problemática da delinquência e exclusão social – chamada de prevenção social. Acerca do modelo de prevenção situacional defende a autora: “Se trata, sin embargo, de una estrategia limitada, pues sólo es capaz de incidir sobre las situaciones desviantes más elementares, que se identifican por estadísticas y hacen parte de La idea general de crimen existente en el sentido común.”

O modelo de prevenção situacional defende a ideia de que algumas das causas do delito podem ser explicadas a partir das oportunidades existentes no ambiente físico. Como resultado, o modelo se baseia na intervenção direta nas características físicas e urbanas que, de alguma forma, possam contribuir para a prática de delitos, assim como influenciar na percepção de segurança da população.⁵⁸ Como exemplo de ações integrantes desse modelo preventivo podemos citar as políticas de recuperação de espaços públicos e implantação de iluminação pública, bem como programas de vigilância e desarmamento, entre outras.

Por sua vez, as políticas de prevenção social recomendam a atuação sobre fatores de risco pessoais, psicológicos ou sociais, estes últimos geralmente de caráter estrutural, como a pobreza e a marginalidade. Estas iniciativas devem ser voltadas para grupos de alto risco, e a atuação deve atingir desde o âmbito familiar e educacional até a questão da saúde pública. Os efeitos da prevenção social são observáveis geralmente apenas em longo prazo e exigem um esforço concentrado de diversos setores sociais e a concretização de políticas públicas em diversas áreas.

⁵⁷ZACKSESKI, Cristina. Los modelos contemporáneos de prevención de conflictos y La participación ciudadana en las políticas de seguridad del Distrito Federal mexicano.

⁵⁸ MOYANO, Gonzalo. De la criminología ambiental a La prevención mediante El diseño de espacios seguros. + Comunidad + Prevención, Nº 6 (2007)

A prevenção social deve ser instituída em três formas: primária, secundária e terciária. A prevenção primária é dirigida a toda a sociedade e atua nos contextos sociais e situacionais que favorecem a violência; a secundária é dirigida a grupos que possuem maior risco de delinquir (de acordo com os diagnósticos delituais) e às suas necessidades, tratamento e apoio; e a terciária aponta a sua atuação para população infratora e tem como propósito reabilitá-la para reinseri-la na sociedade.⁵⁹

Cristina Zackseski aponta, ainda, o surgimento das políticas de prevenção integradas em países europeus em um contexto de fortes demandas sociais por segurança pública e participação popular na década de 1980. Neste cenário, os programas de prevenção desenvolvidos “pretendieron estimular La participación de los ciudadanos, así como de las agencias oficiales de control y el servicio social, buscando siempre alcanzar el consenso de La población en torno a las políticas.”⁶⁰

Estudo recente do CESC aponta, similarmente ao modelo desenvolvido no cenário europeu na década de 1980, o surgimento de um modelo de prevenção comunitária na América Latina, que combina elementos do modelo de prevenção situacional e do modelo de prevenção social, tendo como sua característica definidora a participação dos cidadãos locais. Para garantir sua eficácia, a prevenção comunitária necessita de grande envolvimento da população, de forma a efetivar as estratégias participativas e tornar essa participação sustentável em longo prazo. O objetivo desse tipo de prevenção é promover práticas que convertam a comunidade em protagonista, instalando recursos, capacidades e estratégias tanto a nível individual como coletivo, fazendo com que a comunidade se torne corresponsável por sua segurança.⁶¹

2.2. Nova abordagem preventiva na América Latina

No esteio dessas transformações de teorias e conceitos acerca das políticas de segurança pública, a noção de prevenção de delito na América Latina também passou por importantes modificações nas últimas décadas, deixando de se basear apenas no

⁵⁹ CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuáles el papel de la comunidad en la prevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004)

⁶⁰ ZACKSESKI, Cristina. Los modelos contemporáneos de prevención de conflictos y La participación ciudadana en las políticas de seguridad del Distrito Federal mexicano.

⁶¹ CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuál es el papel de la comunidad en la prevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004)

enfoque de vigilância e pretensão punitiva estatal, passando a ser entendida como um conceito muito mais complexo e amplo, cuja efetivação deve ser planejada de forma transversal, ajustando ações estatais e participação comunitária.⁶²

Segundo relatório sobre segurança cidadã publicado pelo PNUD, a forte repressão policial e criminal na América Latina freqüentemente coincidiu com o aumento taxas de criminalidade, sugerindo, mais uma vez, que a política repressiva não reflete mudanças positivas nas taxas associadas à violência e que a prevenção deve ser encarada sob outra perspectiva. De acordo com a mesma instituição é necessária: “uma abordagem que proteja o direito à vida com dignidade e integridade física e material está no centro da segurança cidadã, que é um bem público, ao qual todas as pessoas devem ter acesso, e que é responsabilidade do Estado.”⁶³

Neste Contexto, há um reconhecimento de que a justiça penal não tem sido capaz de oferecer ao conjunto da população uma eficiente resolução das questões de segurança pública, já que pouco tem determinado mudanças efetivas nos padrões de criminalidade. Além disso, cresce a percepção de que a atuação estatal na questão da segurança pública deve ser anterior à intervenção da justiça penal, seja modificando as diversas condições que induzem as pessoas a se envolver com a criminalidade, seja através da promoção do fortalecimento da noção de cidadania, seja com o direcionamento das políticas públicas efetivamente às necessidades sociais concretas dos cidadãos.

Fator de importante influência nas políticas de segurança pública é o efeito que o temor ao delito apresenta em determinada sociedade, como defendido por Elias Carranza: “La percepción sobre el aumento de la criminalidade es bastante generalizado y está incidiendo em las medidas adoptadas de política criminal. [...] Este temor se manifiesta em um mayor reclamo de justicia penal, em un reclamo por aumentar el número de policías y por elevar las penas y el uso de la prisión”⁶⁴

Portanto, mudanças nos modelos de prevenção devem considerar importantes questões que têm sido debatidas atualmente na América Latina, tais como a necessidade

⁶²CENTRO INTERNACIONAL PARA LA PREVENCIÓN DE LA CRIMINALIDAD (CIPC). Estrategias y mejoresprácticas em prevención del delito com relación a áreas urbanas y juventude em riesgo. (2007).

⁶³PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Seguridad Ciudadana com rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. (2013).

⁶⁴CARRANZA, Elías. Delito, Seguridad Personal y Abolicionismo Hoy en América Latina. Cuadernos de Criminología nº 2, Instituto de Criminología, Santiago (1994).

de enfrentar as condições socioeconômicas que fomentam a delinquência; a mudança de um enfoque preventivo de responsabilidade apenas da polícia para um que engloba os governos e as comunidades; a relevância das realidades comunitárias e locais; e o reconhecimento da prevenção como solução mais eficaz para o problema da delinquência do que a mera aplicação da justiça penal.⁶⁵ A partir disso, ganha destaque nos últimos anos na América Latina – e principalmente desde o retorno à democracia em muitos países - o movimento de implementação de uma política de segurança pública participativa, comunitária, mais centrada e direcionada para as necessidades moradores locais, tal política é denominada segurança cidadã.

2.3 –A segurança cidadã

Os desafios que acompanham o desenvolvimento de políticas de segurança participativa requerem a desconcentração das intervenções políticas para os governos locais, ONGs e organizações comunitárias, em busca de promover a participação mais ativa do cidadão.⁶⁶ Neste sentido, Felipe Fernández⁶⁷ destaca o papel fundamental dos governos locais na abordagem da segurança cidadã. Segundo o autor, os municípios apresentam múltiplas vantagens comparativas no desenho e aplicação das políticas de segurança, uma vez que se encontram numa posição de maior proximidade com os cidadãos, o que os permite reconhecer os principais problemas enfrentados pela população e identificar os recursos e potencialidades disponíveis para enfrentá-los.

Esse processo de descentralização pode contribuir diretamente tanto para a modernização quanto para a celeridade da gestão, ao aproximar a população da administração pública e permitir uma conexão mais direta com suas prioridades e preocupações.⁶⁸ Além disso, a descentralização objetiva propiciar a participação da comunidade na tomada de decisões e permitir um maior controle dos cidadãos sobre as ações políticas, fato que promove e fortalece o desenvolvimento da cidadania.

⁶⁵CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuál ES el papel de la comunidade em laprevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004).

⁶⁶TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. Evaluación + BuenasPracticas2: Aprendizajes y desafios para La prevención del delito y la violencia. (2014).

⁶⁷FERNÁNDEZ, Felipe. Gestión política desde lo local. Consideraciones sobre La experiencia de Chile. (2014)

⁶⁸VALENZUELA, Sebastián Acevedo. Delincuencia y descentralización en Chile: los desafios de definir la oferta pública desde la demanda comunal y regional. + Comunidad + Prevención, N° 10 (2010).

A segurança cidadã se orienta modificar as condições de vida das vizinhanças que sofrem privações materiais e baixos níveis de coesão social, onde são altos os riscos de que os cidadãos se envolvam com o crime ou dele se tornem vítimas.⁶⁹ Esse modelo de prevenção engloba estratégias e medidas que buscam reduzir o risco de que delitos ocorram – tentando influir em suas múltiplas causas - bem como seus potenciais efeitos prejudiciais, tanto nos indivíduos como na sociedade em geral.⁷⁰

As ações políticas se concentram em diversos níveis, as políticas direcionadas a jovens em grupos de risco, por exemplo, abarcam desde investimentos em áreas básicas como saúde e educação, até políticas pra redução da desigualdade social, promoção da inclusão, criação de oportunidades de empregos e proteção contra exploração pelo narcotráfico. Portanto, para que sejam colocadas em prática, se faz necessária uma cooperação entre instituições governamentais para o melhor planejamento e avaliação dos programas.⁷¹

Conforme relatório do PNUD⁷², os principais componentes de uma política integral de segurança cidadã são: a prevenção da violência e delito; o controle da persecução penal; a reabilitação e reinserção social dos infratores; a assistência e proteção das vítimas; e o governo da segurança cidadã. Ainda segundo o relatório, em toda estratégia preventiva devem estar presentes as quatro etapas sequenciais: diagnóstico, elaboração do plano, gestão e avaliação. O diagnóstico é o estudo da realidade local em termos de segurança, cujo objetivo é identificar os problemas mais relevantes e as estratégias que devem ser usadas para combatê-los. A segunda etapa é a elaboração de um plano ou estratégia realista que proponha respostas aos problemas apontados pela comunidade. Já a etapa de gestão consiste na efetiva implementação do plano, acompanhada por um constante processo de monitoramento da alocação dos recursos disponíveis e das dificuldades do processo. E na fase de monitoramento e avaliação do plano deve ser feito o acompanhamento dos projetos de acordo com o planejamento estabelecido.

A política de segurança cidadã requer, ainda, uma relação de confiança entre a população e a administração pública. Nenhum sistema democrático se encontra

⁶⁹ UNODC, Global Study on Homicide 2011 (2011).

⁷⁰ PNUD, Seguridad Ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. (2013)

⁷¹ Idem

⁷² PNUD, En que consiste la seguridad ciudadana? (2015)

consolidado sem que funcionem adequadamente as instituições encarregadas da administração da justiça e da segurança, pelo contrário, a desconfiança passa a imperar entre os cidadãos enquanto se debilita a legitimidade das instituições estatais.⁷³

Como bem pontua estudo de Frülhing publicado pelo CESC:

[...] quando se considera que a criminalidade é produto do fracasso das normas que regulam a convivência, é possível supor que a violência e o delito aumentam em comunidades empobrecidas e que o aumento da criminalidade, por sua vez, gera maiores problemas, o que redonda em um círculo vicioso onde violência gera mais violência. As intervenções para potencializar os recursos da comunidade teriam o objetivo de deter essa espiral de violência, pondo freio a processos sociais degenerativos.⁷⁴

É significativa na América Latina o aumento da discrepância entre a percepção de insegurança na visão dos cidadãos e as condições reais e objetivas de delito e violência.⁷⁵ Fundamental, então, que as políticas públicas se dirijam também ao aumento da confiança nas instituições públicas e da sensação de segurança. O sentimento de insegurança é particularmente relevante para a análise das políticas de segurança desenvolvidas na região, bem como por seus efeitos políticos e sociais. O clima de insegurança tem conseqüências sociais negativas, que podem aprofundar o desafeto da sociedade pela política e diminuir a participação da cidadania nos assuntos políticos.⁷⁶

2.4. Segurança Cidadã no Chile

Atualmente, a questão da segurança cidadã na América Latina se instalou como prioridade nas agendas governamentais dos países da região - mesmo naqueles onde a violência é considerada baixa comparada com a média da região, como é o caso do Chile. No país, observa-se o desenvolvimento dos diversos tipos de políticas de

⁷³VARAT, Jessica; GARLAND, Allison. Participación ciudadana y percepción de inseguridad en América Latina. Latin American Program Special Report (2006).

⁷⁴CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuál ES el papel de la comunidad en la prevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004).

⁷⁵PAZ CIUDADANA. Siete Prioridades país. (2005). Disponível em: www.pazciudadana.cl/. Acesso: Mai, 2015.

⁷⁶VARAT, Jessica; GARLAND, Allison. Participación ciudadana y percepción de inseguridad en América Latina. Latin American Program Special Report (2006).

prevenção, no entanto, desde o final da década de 1990 tem sido mais discutida e implementada a política de prevenção comunitária.

A chamada política de segurança cidadã começou a ser discutida no início dos anos 1990, porém as primeiras estratégias adotadas se concentraram no controle e repressão. Como resultado, se observou um aumento severo na população carcerária (72% em 13 anos), sem efetivos resultados na criminalidade.⁷⁷ Em virtude do fracasso do sistema de controle adotado, aprofundaram-se as discussões e esforços de integração do discurso político com estratégias de prevenção, com o intuito de desenvolver as necessárias reformas.

No ano de 2001 foi criado no país a Divisão de Segurança Cidadã no Ministério do Interior, tendo como principal tarefa desenvolver políticas de segurança cidadã, com ênfase na participação comunitária e propiciando um trabalho conjunto com a polícia local. Alguns anos depois, em 2004, foi elaborada no Chile a Política Nacional de Segurança Cidadã, que proporcionou uma perspectiva mais integral da problemática de segurança, com a participação de múltiplas instituições. Seus principais objetivos estavam centrados nas políticas de prevenção de delinquência, programas e projetos para uma reabilitação dos infratores e assistência às vítimas.⁷⁸

Em 2014 foi criado o Plano Comunitário de Segurança Pública em 32 cidades do país. Como parte deste projeto foram iniciadas 86 políticas de prevenção entre as quais estão projetos dirigidos a crianças, adolescentes, projetos escolares, de combate à violência intrafamiliar, voltados aos bairros, além dos voltados à prevenção situacional de recuperação de espaços públicos, alarmes comunitários, sistemas de vigilância, entre outros.⁷⁹

A seguir, são citados, exemplificativamente, alguns dos projetos e programas relacionados à Política de Prevenção Cidadã e Comunitária, desenvolvidos no Chile, e estratégias utilizadas para sua execução. O principal programa analisado é o denominado “Cidade Segura”, outros também são citados, embora não existam estudos específicos e muitos dados disponíveis acerca de sua efetivação e resultados práticos.

⁷⁷CENTRO INTERNACIONAL PARA LA PREVENCIÓN DE LA CRIMINALIDAD (CIPC). Estrategias y mejores prácticas en prevención del delito con relación a áreas urbanas y juventud en riesgo. (2007).

⁷⁸FERNÁNDEZ, Felipe. Gestión política desde lo local. Consideraciones sobre La experiencia de Chile. In: Seguridad Ciudadana en América Latina – Múltiples dimensiones y dilemas políticos. (2014).

⁷⁹GOVERNO DE CHILE - SUBSECRETARIA DE PREVENCIÓN AL DELITO. Cuenta Pública Participativa. (2014).

São eles “Escolarização de Jovens Privados de Liberdade”, “Modelo de tratamento de drogas e álcool para adolescentes infratores”, “Programa 24 Horas – Vida Nova”, “Mediação na Vizinhança”, “Programa de Apoio às Vítimas de Crime”, “Casas de Acolhida”, “Homens por uma Vida sem Violência” e “Vizinho Consciente”.

2.4.1 Programa “Cidade Segura”

O programa “Cidade⁸⁰ Segura”, iniciado ano 2000, tem como objetivo suscitar e fortalecer as capacidades locais, e intervir nos fatores de risco sociais específicos de determinadas cidades.⁸¹ O resultado esperado é o fortalecimento da participação comunitária e a coordenação institucional para a prevenção e controle da delinquência, mediante aplicação de soluções locais, ou seja, soluções advindas da própria comunidade. Essas soluções se baseiam, por sua vez, em um diagnóstico de segurança realizado anteriormente.⁸²

Essa iniciativa combina aspectos da prevenção social e da prevenção situacional, com um enfoque local e comunitário, conforme preconiza o modelo de segurança cidadã, anteriormente explicitado. Com tal enfoque, busca transferir para o nível municipal o modelo de gestão de segurança, pois considera que é sobre o município que recai a responsabilidade da execução das estratégias do programa, embora não desprezando o necessário apoio do governo central e das polícias.

O programa é composto por três elementos: o conselho comunitário de segurança cidadã – um espaço de diálogo sobre o tema de segurança pública e de representação social, do qual participam as autoridades locais e a sociedade civil; a secretaria comunitária – composta por profissional especializado responsável pelo monitoramento da situação de segurança da cidade, e também pela coordenação, implementação e continuidade do plano comunitário de segurança; e a mesa técnica

⁸⁰ Termo original utilizado é “Comuna”, que corresponde ao território de um município

⁸¹ CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuáles el papel de la comunidad em laprevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004).

⁸² FERNÁNDEZ, Felipe. Gestión política desde lo local. Consideraciones sobre La experiencia de Chile. In: Seguridad Ciudadana en América Latina – Múltiples dimensiones y dilemas políticos. (2014).

comunitária – formada pelas direções municipais relacionadas a programas de prevenção.⁸³

As cidades são selecionadas para participar do programa pelo seu índice de vulnerabilidade delitual. Este índice é definido por meio da análise de escolaridade, pobreza, desemprego, consumo de drogas, taxas de denúncias de crimes, entre outras variáveis, para então selecionar as cidades que apresentem a maior pontuação. A partir daí, são estabelecidos convênios de colaboração entre cada um dos municípios participantes e o Ministério do Interior, determinando as obrigações de cada parte na execução do projeto.

Como primeiro passo para a implantação do programa, é feito o diagnóstico de segurança da cidade – através da caracterização das faixas etárias, gêneros, grupos sociais mais atingidos e dos fatores de risco mais determinantes em cada local. Este diagnóstico é fundamental, pois possibilita a definição dos problemas prioritários, sobre os quais incidirão as intervenções. Já nessa fase, é importante a participação da comunidade para que seja feito um autodiagnóstico, verificando o que a própria comunidade aponta como questões prioritárias.⁸⁴

A par do diagnóstico e das necessidades da comunidade local, passa-se à elaboração do Plano Comunitário de Segurança Cidadã. O Plano é considerado o eixo do programa e essencial para alocação dos recursos disponíveis, devendo conter todas as estratégias de prevenção ao delito a serem efetivadas, sob um prima de integralização de todos os níveis governamentais envolvidos.⁸⁵

O financiamento do programa pode ser direcionado também a projetos de iniciativa da própria comunidade, visando aumento do protagonismo popular. Esses projetos podem ser baseados na resolução alternativa de conflitos, atividades culturais, fortalecimento de redes locais, recuperação de espaços públicos, atenção às vítimas, violência intrafamiliar, entre outros.⁸⁶ Nos quatro primeiros anos de desenvolvimento do programa “Cidade Segura” foram financiados 2.737 projetos de segurança, sendo a

⁸³ CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuál ES el papel de la comunidade em laprevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004).

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

maior parte dirigidos à infra-estrutura e fortalecimento das redes comunitárias⁸⁷ Em 2007, o programa se transformou no projeto “Planos Comunitários de Segurança Pública”.

De acordo com Valenzuela⁸⁸, o desenho do programa “Cidade Segura” conseguiu conjugar uma articulação entre governo central, municípios e a comunidade, privilegiando a descentralização administrativa. Esse desenho trouxe como resultado a participação de grande número de organizações de base, ONGs locais, organismos privados e governo.

O programa proporcionou, ainda, a aquisição de um conhecimento melhor e mais detalhado sobre da realidade das cidades, sobretudo no tocante aos delitos, pois algumas dessas cidades nunca tinham passado por um diagnóstico de segurança.⁸⁹ Esse diagnóstico é um ponto essencial para orientar os programas de segurança cidadã comunitário, sobretudo em locais onde outros tipos de ações governamentais geralmente não chegam.

Alguns estudos, como o publicado por Valenzuela⁹⁰, afirmam que o programa conseguiu aumentar a confiança da população nas instituições públicas e autoridades, fato que pode ser observado pelo aumento considerável de denúncias feitas às autoridades policiais. Este dado é especialmente relevante porque essas denúncias certamente ajudam a tornar cada vez mais preciso o diagnóstico da violência na cidade, contribuindo para orientar a implantação de novas políticas de segurança.

Por fim, segundo Frühling e Gallardo⁹¹, um estudo estatístico determinou que as cidades participantes do programa apresentariam indicadores de delito cerca de 19% mais altos se o projeto “Cidade Segura” nunca houvesse sido implementado.

2.4.2 Programa “Escolarização de jovens privados de liberdade”

⁸⁷CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuál ES el papel de la comunidade em laprevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004).

⁸⁸VALENZUELA, Sebastián Acevedo. Delincuencia y descentralización en Chile: los desafíos de definir la oferta pública desde la demanda comunal y regional. + Comunidad + Prevención, N° 10 (2010).

⁸⁹CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). ¿Cuáles el papel de la comunidade en laprevención del delito? + Comunidad + Prevención, N°1 (2004).

⁹⁰VALENZUELA, Sebastián Acevedo. Delincuencia y descentralización en Chile: los desafíos de definir la oferta pública desde la demanda comunal y regional. + Comunidad + Prevención, N° 10 (2010).

⁹¹Frühling e Gallardo, Programas de seguridad dirigidos a barrios. (2010)

Conforme caracterizado no capítulo anterior, tanto no Chile como na maioria dos países latino-americanos, um dos mais importantes grupos de risco – e que, portanto, devem ser alvo de intervenções preventivas – é o grupo da faixa etária de adolescentes e jovens. Este constitui um grupo de marcada vulnerabilidade, uma vez que é muito comum na América Latina que jovens se envolvam com a prática criminal, seja pela cooptação de organizações criminosas, pelo comum abuso no consumo de drogas e posterior envolvimento no crime para financiar o vício, ou pela dificuldade em se inserir na realidade comunitária e conseqüente marginalização.

Como exemplo de projeto criado para atuar neste contexto, pode ser citado o programa de escolarização de jovens privados de liberdade, criado em julho de 2007. Trata-se de uma iniciativa executada pela Associação Chilena Pró Nações Unidas (ACHNU) e consiste em um modelo de reintrodução ao sistema de ensino de jovens encarcerados para cumprimento de pena. O programa conta com uma equipe multidisciplinar de professores, psicopedagogos, educadores sociais, terapeutas ocupacionais e prevê a realização periódica de atividades variadas a fim de preparar os jovens para a continuidade dos estudos. A intervenção psicopedagógica busca, ainda, através de um trabalho colaborativo com escolas e vinculação a organizações externas, a reabilitação dos jovens e sua completa reinserção social.⁹²

Este constitui um projeto de prevenção social, assentado na defesa dos Direitos Humanos, que busca atuar nas raízes determinantes da reincidência, aproximando os jovens do sistema educacional e apresentando alternativas à delinquência. Aqui especificamente, trata-se de caso de efetivação de política de prevenção de delitos em grupo socialmente vulnerável – os jovens infratores, através de um plano de reinserção social que parte da hipótese de que a educação tem o poder de reduzir a probabilidade de reincidência⁹³, reduzindo conseqüentemente a criminalidade em geral.

2.4.3 Programa “Modelo de tratamento de drogas e álcool para adolescentes infratores”

⁹²TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. Evaluación + BuenasPracticas2: Aprendizajes y desafíos para La prevención del delito y la violencia. (2014).

⁹³TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. Evaluación + BuenasPracticas2: Aprendizajes y desafíos para La prevención del delito y la violencia. (2014).

Entre os problemas sociais que mais influenciam para a impossibilidade do pleno desenvolvimento social de jovens, são sempre citados: o trabalho infantil, a deserção escolar, a violência, a marginalidade, a ausência de expectativas de futuro e o consumo ou dependência de substâncias químicas⁹⁴.

Uma das prioridades do Chile no combate à delinquência, segundo publicação da *Fundación Paz Ciudadana*⁹⁵, é a reabilitação dos infratores dependentes de drogas, considerando que é comum entre as pessoas com problemas graves de dependência e abuso de drogas o cometimento de delitos para financiar os vícios. Assim, quando se objetiva diminuir a probabilidade de reincidência é necessário projetar políticas públicas que se voltem a proporcionar um tratamento integral para os infratores usuários de drogas.

Neste contexto, foi criado um programa de tratamento especialmente voltado a adolescentes infratores, baseado na ocupação humana e na definição de rotinas personalizadas, levando-se em conta as características, interesses e necessidades pessoais de cada um dos jovens infratores usuários de drogas, com intuito de aumentar a motivação pessoal deles para o tratamento.⁹⁶ As atividades incluem, por exemplo: consulta psiquiátrica, psicológica, psicoterapia individual, grupal e familiar e intervenção psicossocial de grupo⁹⁷.

A finalidade do programa, segundo Tapia e Mohor: “é promover uma inserção progressiva e sistemática dos jovens em redes assistenciais e comunitárias para livrá-los da dependência das drogas, para tanto busca dar a necessária atenção às saúdes física e mental dos jovens atendidos, incentivando a participação em atividades socioculturais e intentando uma nivelção dos estudos para futura inserção laboral, reduzindo-se assim a possibilidade de reincidência criminosa”⁹⁸.

2.4.4 Programa “24 horas – Vida Nova”

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ PAZ CIUDADANA. Siete Prioridades país. (2005). Disponível em: www.pazciudadana.cl/. Acesso: Mai, 2015.

⁹⁶ TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. Evaluación + BuenasPracticas2: Aprendizajes y desafíos para la prevención del delito y la violencia. (2014).

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

Outro programa direcionado às crianças e adolescentes infratores existente no Chile é denominado 24 horas – Vida Nova. O objetivo deste programa é criar e ativar uma rede de apoio social que atenda e possibilite que essas crianças e adolescentes parem de se envolver na execução de delitos.

O modelo de trabalho do programa é a terapia chamada multi-sistêmica, que foi criada para abordar de maneira integral o tratamento de problemas de conduta criminal em jovens de 10 à 17 anos.⁹⁹ A metodologia prevê o acompanhamento 24 horas, 7 dias por semana, e a realização de várias sessões de tratamento por semana. E não apenas com o jovem infrator, mas também com os pais, irmãos, amigos, professores e uma equipe de profissionais qualificados para intervenção clínica e psicossocial. Os profissionais se dividem em equipe de avaliação do risco sócio-delitual – analisam semanalmente os casos de jovens egressos nas unidades policiais por condutas de risco – e a equipe clínica de terapia multissistêmica – implementa a terapia psicológica familiar nos casos de mais alto risco de reincidência no delito. Esta segunda equipe atua no sentido de tentar melhorar o funcionamento da família, aumentando a capacidade dos pais de controlar a conduta dos filhos, mantê-los na escola e reduzindo o consumo de drogas.¹⁰⁰

Segundo estudos relacionados ao programa, as mudanças nas condutas dos jovens já podem ser notadas entre 3 a 5 meses de tratamento. O bom resultado é creditado à intervenção que a terapia faz na família, introduzindo mudanças nos esquemas de cuidado e supervisão dos jovens. Além disso, para além do tratamento existe um completo sistema que assegura a qualidade da intervenção, consistente em avaliações, supervisões e capacitações constantes. Segundo informe do Ministério do Interior chileno¹⁰¹, o programa tem alcançado importantes resultados, impedindo a reincidência delitual para aproximadamente 70% dos jovens atendidos.

Além dos exemplos apresentados, outros dois importantes programas que buscam proteger jovens em situação de risco e devem ser citados são o “Abrindo Caminhos” – projeto destinado a atender filhos de pais encarcerados, contando com conselheiros familiares, tutores e profissionais de apoio, que atende mais de 4.000

⁹⁹ MINISTERIO DEL INTERIOR. Programa Vida Nova, disponível em: http://www.cumplimiento.gob.cl/wp-content/uploads/2014/03/140616_Programa-Vida-Nueva-24-Horas.pdf

¹⁰⁰ GOVERNO CHILE, Estudios Programas Prevencion VIDA NUEVA. Disponível em: <http://www.penalolen.cl/wp-content/uploads/2015/05/Estudio-VIDA-NUEVA.pdf>

¹⁰¹ GOVERNO CHILE, Subsecretaria de prevención al delito. Cuenta Pública Participativa. (2014)

crianças – e o “Justiça Juvenil Restaurativa” – promove o tratamento em liberdade dos jovens infratores, comprometendo a família e a comunidade na busca pela reparação do dano causado pelo infrator. Esta política tem apresentado excelentes resultados na diminuição da taxa de reincidência e apresentando custos muito mais baixos do que aqueles vinculados ao encarceramento¹⁰².

2.4.5 Programa “Mediação na Vizinhança”

Ainda como exemplo dos conceitos de políticas de segurança cidadã e comunitária, o programa Mediação na Vizinhança é uma iniciativa de mediação no âmbito comunitário, executada no município de Peñalolén, Chile, cuja intenção é prevenir a violência entre cidadãos de uma vizinhança ou comunidade, através de métodos alternativos para resolução pacífica de conflitos.¹⁰³ É um projeto que atua tanto na prevenção situacional quanto na social, pois atua evitando situações de risco de ocorrência de agressões, bem como na construção de uma forma pacífica de diálogo em situações de embate.

O programa está fundamentado na articulação de departamentos e programas municipais, é diretamente integrado à justiça local, e visa resolver com mais efetividade e rapidez os conflitos comunitários. A equipe do projeto é interdisciplinar e composta por profissionais de direito, sociologia, psicologia, arquitetura, serviço social.¹⁰⁴

Uma característica fundamental do programa é a promoção da capacidade da própria comunidade para resolver suas controvérsias, sem recorrer à violência, para isso inclui-se a formação de dirigentes especialistas nas técnicas de mediação. Outro fator importante é a facilitação do acesso à justiça a comunidades materialmente carentes e sujeitas a muitas situações geradoras de conflitos de convivência¹⁰⁵.

O programa se inicia com a atuação de um centro de mediação – que coordena todo o processo de mediação; de um solicitante – que informa ao centro de mediação da

¹⁰² COSTA, Gino; ROMERO, Carlos. Qué hacer con lãs pandillas? +Comunidad +Prevención, nº 12 (2011)

¹⁰³ TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. Evaluación + BuenasPracticas2: Aprendizajes y desafios para La prevención del delito y la violencia. (2014).

¹⁰⁴ TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. Evaluación + BuenasPracticas2: Aprendizajes y desafios para La prevención del delito y la violencia. (2014).

¹⁰⁵ Idem.

existência do conflito; um pré-mediador – que é enviado à casa do solicitante para reunir toda a informação relativa ao caso, além de explicar todo o funcionamento do processo de mediação; o solicitado – que será contatado pelo pré-mediador, quando tomará conhecimento do processo de mediação e do requerimento do vizinho. Tendo o solicitante e o solicitado aceitado a mediação, é designado, pelo centro de mediação, um mediador imparcial que será apenas um facilitador do diálogo entre as partes envolvidas. Caso haja acordo, o centro de mediação apenas acompanhará o cumprimento. Não sendo o possível o acordo, o mediador explicará o procedimento judicial que deverá ser seguido e encerrará o caso.¹⁰⁶

Este projeto, além de permitir uma participação efetiva dos envolvidos na resolução de seus próprios conflitos, consiste em uma forma preventiva de intervenção em uma situação de tensão e que poderia facilmente escalar para a violência.

2.4.6 Programa de Apoio às Vítimas de Crime

As pessoas vitimadas por algum evento delitivo podem experimentar consequências para além de danos materiais. Por vezes, as consequências psicológicas e sociais do delito, as impedem de seguir a vida normalmente, superando os sentimentos negativos relacionados à insegurança e vulnerabilidade. Para atuar junto a essas vítimas, foi criado o Programa de Apoio às Vítimas, que oferece assistência psicológica, social e jurídica, cujo objetivo é ajudar a pessoa vitimadas por crime a superar as consequências negativas do fato e se reintegrar à sociedade.

O projeto conta com assistência 24 horas, através de uma equipe de psicólogos e assistentes sociais, de modo que oferece apoio às vítimas desde as primeiras horas após o delito. Segundo dados da Subsecretaria de Prevenção ao Delito só no ano de 2014, o programa atendeu um total de 61.122 pessoas.¹⁰⁷ O Plano Nacional de Segurança prevê a criação, ainda em 2015, do Serviço Nacional de Apoio a Vítimas de Crimes, ampliando o âmbito de alcance do programa.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ GOVERNO DE CHILE - SUBSECRETARIA DE PREVENCIÓN AL DELITO. Cuenta Pública Participativa. (2014)

2.4.7 Políticas de Prevenção à Violência de Gênero

O Chile, assim como muitos países da América Latina, apresenta preocupante manifestação da violência contra a mulher, questão que recentemente tem sido bastante debatida e visibilizada no país. Tanto o governo quanto ONGs de defesa da mulher em situação de violência têm feito esforços no sentido de realizar a chamada prevenção primária, através de ações educativas e de campanhas com ampla veiculação na mídia.¹⁰⁸

Um dos resultados desses esforços foi a aprovação, em 2010, da lei que sanciona o crime de feminicídio, que passa a prever uma pena entre 15 anos e um dia à prisão perpétua para este delito. Embora represente um avanço no combate ao tipo de crime, a lei tem recebido críticas, principalmente, por ter restringido a casos muito específicos a aplicação do tipo penal, por exemplo, que o autor deva ser ou ter sido cônjuge da vítima ou com ela tenha tido filho. A lei impõe ainda, para casos de relações findas, um prazo máximo de três anos contados a partir do fim da convivência para adequação ao tipo penal. São abarcados pelo conceito também casos de vítimas que tiveram filhos com o agressor – ainda que eles não tenham convivido – no entanto estão excluídas relações de tantas outras naturezas.¹⁰⁹

Não obstante a importância da tipificação do feminicídio no arcabouço penal do país, o aumento das penas e o encarceramento por si não contribuem decisivamente para a erradicação da violência contra as mulheres. Ainda menos serão eficazes se vierem desacompanhados de políticas que promovam a prevenção, proteção das mulheres em situação de risco e a conscientização acerca da igualdade de direitos.

Neste contexto, o Serviço Nacional da Mulher¹¹⁰ iniciou em 2007, o projeto “Casas de Acolhida”, cujo objetivo principal é oferecer uma alternativa temporária de moradia segura para mulheres vítimas de violência e que estejam em situação de risco grave ou de morte. Nacionalmente, foram abertas 28 Casas de Acolhida, que contam

¹⁰⁸ GOVERNO CHILE – SERNAM. Casas Acogida. (2015)

¹⁰⁹ VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Femicídio. Oficina del alto comisionado para los derechos humanos. (2009).

¹¹⁰ Departamento do governo chileno responsável pelo desenho de políticas de combate à violência contra a mulher

com os serviços profissionais de assistentes sociais, psicólogos, advogados, técnicos sociais e educadores, que prestam assistência tanto às mães quanto aos filhos¹¹¹.

As principais ações do programa visam: contribuir com a intervenção integral e com o processo de reparação e obtenção de sanções aos agressores (através do assessoramento jurídico); possibilitar a criação de uma rede de segurança para as vítimas; bem como fomentar a sua autonomia econômica (através da equipe social); fornecer um espaço de estabilização emocional; iniciar o processo de empoderamento, autonomia, autoestima e revalorização da mulher, bem como de seus filhos (através equipe psicológica)¹¹².

Alinhado a este projeto de apoio à mulher vítima de agressão, encontra-se o programa “**Homens por uma Vida sem Violência**”, que é destinado aos agressores, homens envolvidos em situação de violência familiar. O programa, da mesma forma, realiza uma intervenção psicossocial, com vistas à diminuição da violência intrafamiliar e, principalmente, redução do risco de reincidência dos agressores, que nos centros de apoio iniciam um processo de mudança em suas atitudes familiares.¹¹³ Após o tratamento ainda é feito um acompanhamento por um período de 9 meses para avaliar a permanência das mudanças alcançadas e outras intervenções necessárias, principalmente em caso de reincidência nos atos violentos.¹¹⁴

Ainda que se possa afirmar a adequação e mesmo o sucesso dessas políticas adotadas, ainda há muito por fazer para que se efetive a prevenção da violência contra a mulher. Segundo Jubb¹¹⁵, as estratégias primárias devem ser ampliadas, introduzindo a temática nos currículos de escolas e universidades, além da adoção de estratégias integrais, pautadas na defesa dos direitos humanos e no indispensável envolvimento comunitário. Encontra-se em andamento a implementação do Plano Nacional de Ação para a Prevenção da Violência Intrafamiliar no Chile, que propõe significativa ampliação e aperfeiçoamento nas políticas públicas direcionadas à mulher e à redução da violência intrafamiliar.

¹¹¹ GOVERNO CHILE - SERNAM, Programa Casas de Acogida. Disponível em: <https://portal.sernam.cl/?m=programa&i=10>, Acesso: Mai, 2015.

¹¹² Idem.

¹¹³ GOVERNO CHILE -SERNAM, Hombre por una vida sin violencia (2015). Disponível em: <https://portal.sernam.cl/?m=programa&i=11>

¹¹⁴ GOVERNO CHILE -SERNAM, Hombre por una vida sin violencia (2015). Disponível em: <https://portal.sernam.cl/?m=programa&i=11>

¹¹⁵ JUBB, Nadine. Respuestas efectivas a la violencia doméstica.+Comunidad +Prevención, nº 13. (2011)

2.4.8 Programa “Plano Quadrante”

Diferente dos exemplos anteriores, o programa denominado Plano Quadrante é essencialmente de prevenção situacional, tendo sido desenvolvido para implementação na estrutura da polícia preventiva de caráter militar do Chile. O programa está produzindo uma série de mudanças nos aspectos institucionais da polícia chilena, com o escopo de colocar mais policiais nas ruas, posicionando os de acordo com setores de patrulha, os chamados quadrantes – definidos conforme variáveis quantificáveis.¹¹⁶

Cada quadrante é comandado por um major e é gerido por delegados e subdelegados, que têm por obrigação atender e solucionar os problemas apresentados pelos moradores.¹¹⁷ Com a divisão territorial em quadrantes, a polícia procura enfrentar a demanda por policiamento nas áreas urbanas, com recursos logísticos e humanos limitados, principalmente nos municípios mais pobres. Além, disso, a atuação em áreas menores, deve reforçar os vínculos das forças policiais com a comunidade e promover uma aproximação entre eles, se inserindo em um modelo de polícia comunitária que tem sido bastante discutido no país.

Conforme artigo do CESC¹¹⁸, embora não tenha sido realizado um estudo que fizesse a comparação do sentimento de segurança apresentado pelos cidadãos entre áreas com policiamento comunitário e policiamento tradicional, existem indícios de que a confiança nas instituições policiais aumentou como consequência do programa de polícia comunitária, assim como diminuiu a opinião de que as autoridades nada faziam em relação a denúncias que lhes eram apresentadas pela população.

2.4.9 Políticas de prevenção à utilização de arma de fogo

Apesar de não representarem o meio mais comum de prática de homicídios no Chile, como demonstrado no capítulo I, as armas de fogo são fatores de grande importância no desenvolvimento da violência urbana. As políticas que buscam a

¹¹⁶ CENTRO DE ESTUDIOS SEGURIDAD CIUDADANA. Polícia Comunitária. (2003).

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ CENTRO DE ESTUDIOS SEGURIDAD CIUDADANA. Polícia Comunitária. (2003).

diminuição no número e na utilização de armas geralmente apontam para maior rigidez das leis que regulam a concessão do porte de armas e aumento das penas cominadas para crimes a elas relacionados, com o pressuposto de que a menor quantidade de armas disponíveis significa diminuição da violência a elas atrelada.

No tocante à legislação de controle para uso e porte de armas, o Chile está classificado em nível internacional como semi-restritivo.¹¹⁹ A nova lei para controle de armas, aprovada no ano de 2011, representou notáveis modificações, restringindo a venda de armas, sancionando a fabricação, importação, exportação e comercialização de armas sem autorização e aumentando os requisitos para adquirir e inscrever uma arma. A nova lei culmina, por exemplo, até 5 anos de prisão para pessoas que portarem arma ilegalmente, enquanto a lei anterior previa apenas uma multa.

Segundo Tamara Hemelryck,¹²⁰ o principal motivo apontado pelos cidadãos para adquirir armas de fogo seria a insegurança e garantia da autodefesa. Assim sendo, o conjunto de políticas comunitárias desenvolvidas no país que, conforme exposto, tem influência na diminuição no temor apresentado pelos cidadãos, será indiretamente determinante também para a redução da quantidade de armas adquiridas por cidadãos no futuro. Fundamental também é a realização de políticas e campanhas para destruir parte do acervo de armas que se encontra nas mãos da população civil. Em 2011, no contexto de aprovação da nova lei de controle de armas, foi produzida a campanha “**Vizinho Consciente**”, que estimulou cidadãos a entregarem suas armas à polícia sem sanções, mesmo quando se configurava o porte ilegal¹²¹. Ademais, a efetivação das políticas que previnem o envolvimento de jovens com o crime organizado devem afetar as taxas de violência associadas à utilização de arma de fogo, uma vez que estas armas são muito comumente usadas por estes jovens, conforme já exposto.

¹¹⁹HEMELRYCK, Tamara V. PrimeraAproximación sobre La Ley de Control de Armas de FuegoPequeñasen Chile. (2012).

¹²⁰ Idem.

¹²¹HEMELRYCK, Tamara V. PrimeraAproximación sobre La Ley de Control de Armas de FuegoPequeñasen Chile. (2012).

CONCLUSÃO

Muitos países da América Latina passam por um período de importantes pressões sociais acerca da escalada das taxas de violência e ampliação significativa das atividades de organizações criminosas, que buscam ampliação de seu mercado consumidor, principalmente de narcóticos. Acompanhando este cenário, existem sinais de enfraquecimento da confiança que a população expressa nas instituições públicas, aliada ainda a um crescimento do sentimento de insegurança.

No entanto, o Chile não foi tão significativamente afetado por essa mudança e exhibe baixas e constantes taxas de violência letal desde meados da década de 1950. O país retrata uma realidade particular no contexto latino-americano, apresentando as menores taxas de homicídio entre os países da região e ocupando posição também muito

favorável quanto aos indicadores de desenvolvimento humano. Além disso, o país possui um histórico de forte envolvimento comunitário nas iniciativas governamentais.

Similarmente ao padrão exibido pelos países latinos, a juventude chilena, de ambos os gêneros, é a mais vitimada pela violência letal, atingindo mais fortemente os homens com menos de 30 anos. Fato que tem grande impacto também no desenvolvimento econômico desses países, por perderem grande porção de um significativo grupo produtivo. A forte vitimização de jovens, além de outros motivos, pode ser explicada em certa medida pela ampliação das atividades de organizações criminosas na região, que encontra nos jovens importante fonte para aliciamento.

Embora sejam inúmeros os elementos que contribuem para a ocorrência da violência homicida - que muitas vezes se sobrepõem e tornam difícil um diagnóstico mais específico - conforme alguns estudos, o que mais fortemente determina esses indicadores em uma dada sociedade são alguns dos fatores socioeconômicos, como índices de desigualdade e desenvolvimento humano, como o índice de Gini e IDH. Além disso, fatores que levam a marginalização de certa parte da população são também determinantes da prática de delitos, como o desemprego, a miséria, a baixa escolaridade, entre outros.

A realidade delitual encontrada na América Latina fez nascer ademandas por uma maior participação comunitária no desenvolvimento de políticas preventivas, que buscam se adequar à realidade de cada comunidade. Tal movimento participativo tem essencial importância para o desenvolvimento da cidadania nessas nações, além de ter inegável efeito na percepção de segurança dos cidadãos e confiança nas instituições públicas.

Dentre os modelos de políticas de prevenção empregados na América Latina – prevenção situacional, social e comunitária – o que mais induz verdadeiras transformações sociais e influencia a percepção de segurança na população é o modelo comunitário, que engloba características do modelo social, e busca atuar diretamente nos fatores estruturais e causas determinantes da criminalidade, sendo determinado através da abordagem comunitária das intervenções propostas, ou seja, aplicação de um modelo descentralizador de políticas públicas, que prevê participação da população e desenvolvimento da cidadania.

Neste contexto, o presente trabalho pretende mostrar como foram implementadas alternativas de políticas públicas de segurança, sob o ponto de vista da intervenção mínima do sistema penal, tendo sido desenhadas e desenvolvidas por um país que apresenta uma série de similaridades históricas, culturais e de limitações econômicas com outros tantos países latino-americanos. Intentou-se mostrar um pouco da experiência chilena que pode ser tomada como referencia por outros países latino-americanos para criação, desenvolvimento e aplicação prática de políticas de segurança pública.

Percebemos, então, que as taxas de homicídio apresentadas pelo país, de certa forma, refletem o modo como o tema de segurança pública é encarado pelo estado chileno, bem como, refletem também os seus indicadores sociais. No entanto, existe muito ainda a ser desenvolvido no país, muitas das políticas mencionadas no segundo capítulo estão ainda em seu início e atingem poucos usuários, sendo assim, são necessários maiores investimentos por parte do governo central, de forma a expandir o alcance das políticas que são destaque pela inovação, mas ainda constituem iniciativas de alcance limitado.

Um dos fatores determinantes para os altos índices de criminalidade na América Latina, que precisa ser encarado sob uma nova perspectiva, é a ampliação das organizações criminosas. O pensamento tradicionalmente disseminado, de que a melhor forma de se combater as atividades de organizações criminosas era neutralizando-as com intervenção policial e penal, não tem a mesma força atualmente, pois o decurso histórico tem demonstrado que políticas de linha dura apresentam resultados bastante contraproducentes contra esse tipo de organização. Em razão disso, emerge a necessidade de uma discussão com ênfase em linhas preventivas de ação, surgindo possibilidades de diversas políticas alternativas, como a adoção de políticas não-proibicionistas, como a regulamentação do comércio de narcóticos com o intuito de reduzir o poder dos narcotraficantes.

São inúmeros os fundamentos que influenciam os indicadores delituais apresentados por um país, podendo estar relacionados às raízes históricas, aos elementos culturais, até à condição geográfica, ao contexto político, às condições socioeconômicas, entre outros. Certamente muitos desses elementos fogem do alcance deste trabalho. Assim, a despeito das muitas limitações das relações causais aqui

levantadas, o trabalho se propôs a evidenciar algumas soluções inovadoras encontradas nas políticas preventivas desenvolvidas no Chile, com o intuito também de exibir alternativas para a uma intervenção estatal mais eficiente no aspecto da segurança pública de toda a América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Análisis de los homicídios em seis países de America Latina** (2013). Disponível em: http://sisvi.mj.go.cr/meshcms/themes/sisvi/Doc/Analisis_de_los_homicidios_en_seis_paises_de_America_Latina.pdf, Acesso: Mar, 2015.

CARRANZA, Elías. **Delito, Seguridad Personal y Abolicionismo Hoyen América Latina**. Cuadernos de Criminología nº 2, Instituto de Criminologia, Santiago (1994).

CENTRO DE ESTUDIOS EN SEGURIDAD CIUDADANA (CESC). **¿Cuál es el papel de la comunidade en la prevención del delito?** + Comunidad + Prevención, Nº1 (2004). Disponível em: www.cesc.uchile.cl. Acesso: Abr, 2015.

_____. **Experiencia de Prevención en Terreno: Programa Comuna Segura Compromiso 100.** + Comunidad + Prevención, Nº1 (2004). Disponível em: www.cesc.uchile.cl. Acesso: Abr, 2015.

_____. **Delinquência y descentralización en Chile: Los desafíos de definir la oferta pública desde la demanda comunal y regional.** + Comunidad + Prevención, N°10 (2004). Disponible en: www.cesc.uchile.cl. Acceso: Mai, 2015.

_____. **Policia Comunitaria.** (2003) Disponible en: http://www.cesc.uchile.cl/publicaciones/op_01_policiacomunitaria.pdf

PAZ CIUDADANA. **Siete Prioridades país.** (2005). Disponible en: www.pazciudadana.cl/. Acceso: Mai, 2015.

CENTRO INTERNACIONAL PARA LA PREVENCIÓN DE LA CRIMINALIDAD (CIPC). **Estrategias y mejores prácticas en prevención del delito con relación a áreas urbanas y juventud en riesgo.** (2007). Disponible en: http://www.crime-prevention-intl.org/fileadmin/user_upload/Evenements/BANGKOK_PROCEEDINGS_FINAL_ESPA_F.pdf, Acceso: Mar, 2015.

DAMMERT, Lucia; SALAZAR, Felipe; MONTT, Cristóbal y GONZÁLEZ, Pablo A. **Crimen e inseguridad: indicadores para las Américas.** FLACSO-Chile/ Banco Interamericano de Desarrollo (BID) (2010). Disponible en: http://www.vanderbilt.edu/lapop/news/FLACSO_on_crime.pdf, Acceso: Mai, 2015

FERNÁNDEZ, Felipe. **Gestión política desde lo local. Consideraciones sobre La experiencia de Chile.** In: Seguridad Ciudadana en América Latina – Múltiples dimensiones y dilemas políticos. (2014). Disponible en: www.cesc.uchile.cl, Acceso: Abr, 2015.

FRUHLING, Hugo; GALLARDO, Roberto. Programas de seguridad dirigidos a barrios. Disponible en: <http://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/633/1006>

GOVERNO DE CHILE - SUBSECRETARIA DE PREVENCIÓN AL DELITO. **Cuenta Pública Participativa.** (2014). Disponible en: <http://www.seguridadpublica.gov.cl/media/2015/03/Cuenta-P%C3%BAblica-Participativa-SPD-2014.pdf>. Acceso: Mai, 2015.

GOVERNO CHILE, **Estudios Programas Prevencion VIDA NUEVA.** disponible en: <http://www.penalolen.cl/wp-content/uploads/2015/05/Estudio-VIDA-NUEVA.pdf>, Acceso: Mai, 2015.

_____. **SERNAM, Programa Casas de Acogida.** (2015) Disponible en: <https://portal.sernam.cl/?m=programa&i=10>. Acceso: Mai, 2015

_____. **SERNAM, Hombre por una vida sin violencia** (2015). Disponible en: <https://portal.sernam.cl/?m=programa&i=11>, Acceso: Mai, 2015.

HEMELRYCK, Tamara V. **Primera Aproximación sobre La Ley de Control de Armas de Fuego Pequeñas en Chile.** (2012). Disponible en <http://www.econ.uchile.cl/uploads/publicacion/68e359ce0d783345d4a2c97e3a3c665beb23ae8b.pdf>, Acceso: Mai, 2015.

JUBB, Nadine. **Respuestas efectivas a la violencia doméstica.** +Comunidad +Prevención, n° 13. (2011). Disponible en: www.cesc.uchile.cl. Acceso: Mai, 2015.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Homicide Monitor** (2015) Disponible en: <http://homicide.igarape.org.br/>. Acceso en: Mai, 2015.

LAND, Kenneth C.; MCCALL, Patricia L.; COHEN, Lawrence E. **Structural Covariates of Homicide Rates: Are There Any Invariances Across Time and Social Space?** *The American Journal of Sociology*, Vol. 95, No. 4. (1990), pp. 922-963. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=00029602%28199001%2995%3A4%3C922%3ASCOHRA%3E2.0.CO%3B2-W>. Acesso: Abr, 2015.

MELLA, Hanns de la Fuente; NAVARRO, Claudia Mejías, O'KUNGHUTTONS, Pía Castro. **Análisis econométrico de los determinantes de La criminalidad en Chile.** *Polít. crim.* Vol. 6, Nº 11 (2011). Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-33992011000100007&script=sci_arttext, Acesso: Mai, 2015.

MOYANO, Gonzalo. **De la criminología ambiental a La prevención mediante El diseño de espacios seguros.** + Comunidad + Prevención, Nº 6 (2007). Disponível em: www.cesc.uchile.cl. Acesso: Mai, 2015.

NAZARIT, Paula Santana, PÉREZ, Lorena Astudillo. **Violencia extrema hacia las mujeres en Chile 2011-2012.** Red Chilena contra la violencia hacia las mujeres. (2014). Disponível em: http://www.femicidio.net/sites/default/files/chile_estudio-violencia_extrema-finaldef.pdf, Acesso em: Mai, 2015.

OLSON, ERIK. **Gestión política desde lo local. Consideraciones sobre La experiencia de Chile.** In: Seguridad Ciudadana en América Latina – Múltiples dimensiones y dilemas políticos. (2014). Disponível em: www.cesc.uchile.cl, Acesso: Abr, 2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Report on Citizen Security in the Americas** (2012). Disponível em: www.alertamerica.org. Acesso em: Abr, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso num Mundo Diversificado.** (2013). Disponível em: www.pnud.org, Acesso: Mar, 2015.

_____. **Seguridad Ciudadana com rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina.** (2013). Disponível em: www.latinamerica.undp.org. Acesso: Abr, 2015.

_____. **En que consiste la seguridad ciudadana?** (2013) Disponível em: <http://informes.americaeconomia.com/pnud2013/en-que-consiste-el-gobierno-de-la-seguridad-ciudadana/>

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUGS AND CRIME (UNODC). **Global Study on Homicide 2013 – Trends, Contexts, Data** (2013). Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf. Acesso: Mar, 2015.

_____. **Global Study on Homicide 2011** (2011). Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf. Acesso: Mar, 2015.

_____. **World Drug Report 2014** (2014). Disponível em: https://www.unodc.org/.../wdr2014/World_Drug_Report_2014_web.pdf. Acesso: Abr, 2015.

TAPIA, Paula; MOHOR, Alejandra. **Evaluación + BuenasPracticas 2: Aprendizajes y desafíos para la prevención del delito y la violencia**. (2014). Disponível em: <http://www.uchile.cl/publicaciones/87463/aprendizajes-y-desafios-para-la-prevencion-del-delito-y-la-violencia>, Acesso em: Mai, 2015.

TCHERNI, Maria. **Structural Determinants of Homicide: The Big Three**. *Journal of Quantitative Criminology*, 27(4), 475-496 (2011). Disponível em: <http://digitalcommons.newhaven.edu/criminaljustice-facpubs/3/>. Acesso: Abr, 2015.

VALENZUELA, Sebastián Acevedo. **Delincuencia y descentralización en Chile: los desafíos de definir la oferta pública desde la demanda comunal y regional**. + *Comunidad + Prevención*, N° 10 (2010). Disponível em: www.cesc.uchile.cl. Acesso: Mai, 2015.

VARAT, Jessica; GARLAND, Allison. **Participación ciudadana y percepción de inseguridad en América Latina**. *Latin American Program Special Report* (2006). Disponível em: http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/LAP_August.pdf, Acesso: Jun, 2015.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. **Femicidio**. Oficina del alto comisionado para los derechos humanos. (2009). Disponível em: http://www.equidad.scjn.gob.mx/biblioteca_virtual/doctrina/59.pdf, Acesso: Jun, 2015.

ZACKSESKI, Cristina. **Los modelos contemporâneos de prevención de conflictos y La participación ciudadana en las políticas de seguridad del Distrito Federal mexicano**. Disponível em: <http://www.criminologiacritica.com.br/arquivos/1312904887.pdf>, Acesso: Abr, 2015.

WALSELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência: Os Jovens da América Latina**. (2008). Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_al.pdf, Acesso: Mar, 2015.